

(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FONPLATA

BANCO MULTILATERAL DE DESENVOLVIMENTO

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado do exercício

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Notas explicativas das demonstrações financeiras

\$ = Em milhares de dólares americanos

A versão original das demonstrações financeiras, em anexo, foi devidamente assinada e arquivada no Banco. Poderá ser encaminhada em formato digital a pedido dos interessados.



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

25 de fevereiro de 2021

Para a Assembleia de Governadores
FONPLATA - Banco Multilateral de Desenvolvimento
Santa Cruz de la Sierra

Relatório de auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras que estão anexadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do FONPLATA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Informação auditada

As demonstrações financeiras do FONPLATA compreendem:

- Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020.
- Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Demonstração dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Notas explicativas as demonstrações financeiras, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Independência

Somos independentes em relação ao FONPLATA, de acordo com o Código de Ética Profissional do Contador emitidas pelo Comitê de Ética Internacional, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Nossa abordagem de auditoria

Sumário

Materialidade	Materialidade geral: US \$ 000 12.500, calculado com base em 0,75% do total de ativos do FONPLATA.
Principais assunto de auditoria	- Implementação de um novo sistema administrativo e contábil. - Emissão de títulos e instrumentos de hedge. - Avaliação da carteira de crédito.

Como parte do planejamento de nossa auditoria, determinamos a materialidade e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Em particular, consideramos as áreas nas quais a administração fez julgamentos subjetivos, por exemplo, estimativas contábeis significativas que envolveram fazer suposições e considerar eventos futuros que, por sua natureza, são incertos. Como em todas nossas auditorias, também abordamos o risco de violação de controles internos por parte da administração, incluindo, entre outros assuntos, a consideração de se há evidência de viés que represente um risco de distorção relevante devido a fraude.

Desenvolvemos o escopo de nossa auditoria para realizar trabalho suficiente que nos permita expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis como um todo, levando em consideração a estrutura do FONPLATA, os processos e controles contábeis e o setor em que o FONPLATA opera.

Materialidade

O escopo de nossa auditoria foi determinado pela aplicação de nossa materialidade. Uma auditoria é projetada para obter segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. A incorreção pode surgir devido a fraude ou erro. Os erros são considerados materiais se, individualmente ou de forma agregada, for razoável esperar que eles influenciem as decisões econômicas que os usuários poderiam tomar com base nas demonstrações financeiras.

De acordo com nossos critérios profissionais, usamos certos limites quantitativos para determinar a materialidade, incluindo a materialidade geral para as demonstrações contábeis como um todo, conforme apresentado na tabela a seguir. Esses aspectos, juntamente com certas considerações qualitativas, nos ajudaram a determinar o escopo de nossa auditoria, bem como a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria e avaliar o efeito de erros, individualmente e de forma agregada, nas demonstrações contábeis como um todo.

Materialidade geral	US\$'000 12.500.
Como foi determinado	Calculada com base em 0,75% do total de ativos da FONPLATA.
Critérios utilizados para a seleção da base de cálculo da materialidade	Considerando que o FONPLATA é um Banco Multilateral de Desenvolvimento que tem o objetivo de identificar oportunidades de investimento ou projetos de interesse para o desenvolvimento da região, a materialidade foi calculada com base no total de ativos, considerando nossa avaliação na qual identificamos que este componente das demonstrações financeiras é o mais previsível e aplicável às operações da FONPLATA.

Principais assuntos de auditoria

As principais assuntos da auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre elas, e não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

<i>Principais assuntos de auditoria</i>	<i>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</i>
<u>Instrumentos de cobertura</u> Durante o exercício de 2019, o FONPLATA, por meio do Credit Swiss & UBS, emitiu com sucesso título de dívida de cinco anos, com cupom anual fixo de 0,578%, denominado em francos suíços no valor de CHF 150 milhões (ISIN CH0463112042). A emissão deste título constitui o acesso formal do FONPLATA aos mercados de capitais. A receita líquida proveniente da colocação do título no mercado será utilizada para desembolsos em empréstimos aprovados. Como parte da estratégia de gestão de risco, em relação à emissão deste título, o FONPLATA assinou Contrato Mestre e realizou <i>swap</i> cambial e de taxas de juros com o JP Morgan Chase, NA (JPM), de acordo com os regulamentos da <i>International Swaps and Derivatives Agreement Association, Inc.</i> (ISDA). A operação de <i>swap</i> efetivou-se em 13 de março de 2019. Os termos do Contrato Mestre celebrado com o JPM estabelecem a compensação e liquidação no caso de descumprimento de qualquer parte. Durante o exercício de 2020, o FONPLATA captou depósitos do Banco Central do Uruguai (BCU) no valor total de US\$ '000 130.000, que rendem juros a uma taxa fixa. Em 5 de maio de 2020, o banco contratou duas operações de <i>swap</i> de taxas juros, transformando a taxa do passivo resultante em taxa Libor de 6 meses.	Avaliamos esta transação por meio dos seguintes procedimentos de auditoria: - Verificamos a origem contratual da transação e os fluxos de caixa por ela gerados. - Verificamos as variações nas taxas de câmbio e taxas originadas na transação e na cobertura (<i>hedge</i>) com informações do Banco, da JP Morgan e das cotações de mercado. - Avaliamos o risco de distorção relevante na contabilização dos instrumentos financeiros da transação. - Realizamos procedimentos de confirmação de saldo. - Avaliamos, quando necessário, os indicadores de perdas por desvalorização dos instrumentos financeiros e sua adequada contabilização e exposição nas demonstrações financeiras.
<u>Avaliação da carteira de empréstimos</u> Conforme descrito nas notas explicativas das demonstrações financeiras, o Banco apura perdas por desvalorização de acordo com as políticas estabelecidas pela IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total para provisão para desvalorização do valor	Avaliamos a provisão para perdas esperadas por meio dos seguintes procedimentos de auditoria: - Avaliamos se as técnicas e metodologia de modelagem seguem as políticas contábeis do FONPLATA e os requisitos do IFRS 9.

<i>Principais assuntos de auditoria</i>	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
recuperável da carteira de empréstimos era de US\$ '000 9.741. O referido saldo inclui todos os empréstimos que se encontram na etapa 3, de acordo com as normas e políticas contábeis aplicáveis. As principais áreas de julgamento na determinação desta provisão incluem: - A interpretação dos requisitos para determinar as perdas por desvalorização de acordo com a aplicação da IFRS 9, que se reflete no modelo de perda de crédito esperada. - A identificação de empréstimos com deterioração relevante de sua qualidade de crédito. Estimativas utilizadas no modelo de perda de crédito esperada, como a condição financeira da contraparte, fluxos de caixa futuros esperados e a menor nota de classificação de risco determinada por três agências de classificação de risco utilizadas pelo FONPLATA (Moody's, Fitch e S&P).	- Para todos os tomadores de recursos, verificamos se o saldo do empréstimo pendente usado no modelo corresponde ao saldo de sua conta individual. - Para todos os tomadores de recursos, verificamos se os saldos individuais de cada tomador foram confirmados no fechamento e se as contas individuais foram verificadas com documentação comprobatória (cobranças e desembolsos). - Verificamos se a nota de classificação de risco incluída no modelo do Banco coincide com o relatório emitido pelas agências de classificação de risco, Moody's, Fitch e S&P, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. - Recalculamos a provisão para perdas esperadas de acordo com as políticas contábeis do FONPLATA e a norma contábil aplicável. Verificamos, ainda, o modelo de perda de crédito esperada, incluindo o cálculo e a aprovação do modelo, monitoramento/validação contínua, governança do modelo e precisão matemática. - Avaliamos e testamos as estimativas utilizadas pela administração, focando especialmente: i) as principais estimativas usadas no modelo, ii) a fonte dos dados usados para determinar as estimativas, iii) testes de sensibilidade nas estimativas, e iv) as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
<u>Empréstimos sem garantia soberana</u> Em 12 de maio de 2020, a Diretoria Executiva do Banco aprovou a primeira operação desta nova linha de financiamento, inicialmente destinada ao financiamento de bancos de desenvolvimento. A operação foi uma linha de crédito rotativo, sem garantia soberana, outorgada ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) no montante de US\$ '000 36.000, com 8 anos de prazo. Da mesma forma, em 15 de setembro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou uma linha de crédito	Avaliamos os empréstimos sem garantia soberana por meio dos seguintes procedimentos de auditoria: - Solicitamos confirmações de saldo de todos os tomadores de recursos. Embora não tenhamos recebido resposta a todos os nossos pedidos de confirmação, os procedimentos alternativos listados abaixo foram aplicados a todos os tomadores de recursos.

<i>Principais assuntos de auditoria</i>	<i>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</i>
rotativo sem garantia soberana para o Banco Nacional de Fomento (BNF) do Paraguai no montante de US\$ '000 36.000 com prazo de 8 anos e 2 anos de carência.	- Verificamos a origem contratual das transações. - Verificamos os desembolsos do empréstimo. - Recalculamos os juros acumulados.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do FONPLATA de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o FONPLATA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do FONPLATA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluído, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

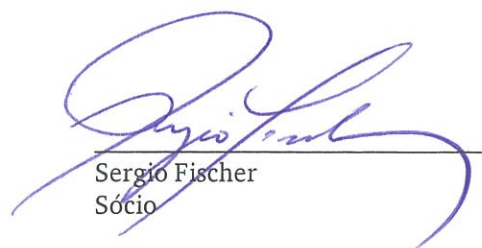
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do FONPLATA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do FONPLATA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o FONPLATA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

PricewaterhouseCoopers S.R.L.

A stylized, handwritten signature in blue ink, appearing to read "Sergio Fischer".

Sergio Fischer
Sócio

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de dólares americanos)

	Em 31 de dezembro de			
	2020		2019	
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa – Nota 8.1		32.037		37.413
Investimentos				
A valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Nota 8.2	321.061		142.860	
A custo amortizado – Nota 8.3	<u>85.722</u>	406.783	<u>188.647</u>	331.507
Carteira de empréstimos – Nota 8.4		1.237.031		920.387
Juros acumulados				
Sobre investimentos – Nota 8.3	1.821		658	
Sobre empréstimos – Nota 8.4	<u>10.600</u>	12.421	<u>11.088</u>	11.746
Outros ativos				
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 9.1	5.934		5.721	
Diversos – Nota 9.2	<u>762</u>	6.696	<u>893</u>	6.614
Total do ativo		<u><u>1.694.968</u></u>		<u><u>1.307.667</u></u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO				
Passivo				
Derivativos para proteção do fluxo de caixa – Nota 8.5 (ii)	5		1	
Dívidas – Nota 8.5	568.324		264.708	
Outros passivos – Nota 9.3	1.982		2.590	
Fundos especiais – Nota 8.6	<u>15.066</u>	<u>585.377</u>	<u>12.230</u>	<u>279.529</u>
Total do passivo		<u><u>585.377</u></u>		<u><u>279.529</u></u>
Patrimônio				
Capital – Nota 10.1				
Autorizado	3.014.200		3.014.200	
Menos o exigível	<u>(1.665.000)</u>		<u>(1.665.000)</u>	
Capital em dinheiro	1.349.200		1.349.200	
Capital em dinheiro a ser integralizado	<u>(432.318)</u>	916.882	<u>(483.651)</u>	865.549
Reserva geral – Nota 10.3		155.751		132.443
Outras reservas – Nota 10.2		1.044		1.838
Resultados acumulados – Nota 10.3		<u>35.914</u>		<u>28.308</u>
Total do patrimônio		<u><u>1.109.591</u></u>		<u><u>1.028.138</u></u>
Total do passivo e patrimônio		<u><u>1.694.968</u></u>		<u><u>1.307.667</u></u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de dólares americanos)

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
RECEITAS – Nota 11		
Carteira de Empréstimos		
Juros	36.438	41.841
Outras receitas de empréstimos	6.670	4.836
	<u>43.108</u>	<u>46.677</u>
Investimentos		
Juros e rendimentos	7.876	7.564
Outras receitas de investimentos	19	16
	<u>7.895</u>	<u>7.580</u>
Outras receitas	100	162
Receitas financeiras	<u>51.103</u>	<u>54.419</u>
DESPESAS		
Juros e custo da dívida	(8.627)	(8.442)
Receitas financeiras líquidas	<u>42.476</u>	<u>45.977</u>
Provisão para perdas por desvalorização dos investimentos – Notas 8.3 (ii) e 8.7	-.-	(52)
Provisão para perdas por desvalorização dos empréstimos	2.498	(8.136)
Receitas depois da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos	<u>44.974</u>	<u>37.789</u>
Despesas administrativas – Nota 12	(9.060)	(9.481)
Receita líquida	<u>35.914</u>	<u>28.308</u>
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
Receita líquida	35.914	28.308
<i>Rubricas que podem ser reclassificadas na DRE</i>		
Alterações no valor justo dos investimentos	(2.417)	412
Ganhos em operações de proteção de fluxo de caixa	1.651	515
<i>Rubricas que não serão reclassificadas na DRE</i>		
Reavaliação técnica de propriedades	(28)	(27)
Resultado abrangente	<u>35.120</u>	<u>29.208</u>

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de dólares americanos)

	Em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Empréstimos		
Caixa recebido das amortizações	77.057	77.211
Caixa recebido de juros e outros encargos	44.488	45.676
Desembolsos	(392.094)	(214.298)
Caixa líquido das atividades operacionais	(270.549)	(91.411)
Outros fluxos operacionais		
Pagamento de salários, auxílios e outras despesas de pessoal	(6.817)	(6.606)
Pagamento de despesas administrativas	(2.060)	(413)
Aumento de saldos com provedores, fundos especiais e outros	1.099	(1.821)
Caixa líquido de outras atividades operacionais	(7.778)	(8.840)
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(278.327)	(100.251)
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa recebido de dívida contratada	292.884	186.046
Garantia recebida em derivativos para proteção	17.644	5.900
Amortizações e serviços da dívida	(14.631)	(12.716)
Caixa líquido do endividamento para financiamento de empréstimos	295.897	179.230
Cobrança de subscrições de capital em dinheiro	51.333	48.015
Caixa líquido das atividades de financiamento	347.230	227.245
 Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cobrança de juros e outros de investimentos	6.732	7.119
Compra de investimentos	(80.449)	(151.848)
Despesas de capital	(562)	(273)
Fluxo de caixa utilizado em atividades de investimento	(74.279)	(145.002)
 Diminuição de caixa e equivalente de caixa no exercício	(5.376)	(18.008)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	37.413	55.421
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	32.037	37.413

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco de Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de dólares americanos)

	<u>Capital em dinheiro</u>	<u>Reserva geral</u>	<u>Reserva de alterações no valor dos investimento s a valor justo</u>	<u>Reserva de alterações no valor das operações de proteção do fluxo de caixa</u>	<u>Reserva de reavaliação de propriedades</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2019	817.534	107.871	126	-.-	812	26.572	952.915
Aumento de capital – em dinheiro	48.015	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	48.015
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva geral	-.-	24.572	-.-	-.-	-.-	(24.572)	-.-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FECTO)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(1.500)	(1.500)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(500)	(500)
Receita líquida do ano	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	28.308	28.308
Resultado abrangente do ano	-.-	-.-	412	515	(27)	-.-	900
Saldos em 31 de dezembro de 2019	865.549	132.443	538	515	785	28.308	1.028.138
Aumento de capital – em dinheiro	51.333	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	51.333
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva geral	-.-	23.308	-.-	-.-	-.-	(23.308)	-.-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FECTO)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(3.500)	(3.500)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(1.500)	(1.500)
Receita líquida do ano	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	35.914	35.914
Resultado abrangente do ano	-.-	-.-	(2.417)	1.651	(28)	-.-	(794)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	916.882	155.751	(1.879)	2.166	757	35.914	1.109.591

As notas explicativas, em anexo, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(em milhares de dólares americanos)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, doravante e para todos os efeitos denominado “FONPLATA” ou “O Banco”, é um banco de desenvolvimento multilateral, com personalidade jurídica internacional, com duração indefinida, que se rege pelas disposições de seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e tem escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos nas cidades de Assunção, República do Paraguai, desde 1989, Buenos Aires, República Argentina, desde meados de 2018, e Montevidéu, República Oriental do Uruguai, desde dezembro de 2019, e está prestes a abrir um escritório em Brasília, no Brasil, no final de fevereiro de 2021, como parte da estratégia para estabelecer fortes laços de trabalho e de relacionamento com seus países membros.

O Banco é formado pelos governos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, doravante denominados “membros fundadores”, com base no Tratado da Bacia do Prata, assinado em 23 de abril de 1969, que possibilitou sua consolidação e entrada em vigor em 14 de outubro de 1976, quando começou a vigorar seu convênio constitutivo.

Foi criado por seus membros fundadores com firme espírito de cooperação e solidariedade, convencidos de que unicamente por meio da ação conjunta seria possível atingir o desenvolvimento harmônico, inclusivo e sustentável, de forma a favorecer melhor inserção na região e no mercado mundial.

A relação entre os membros fundadores do Banco é muito próxima por causa dos ecossistemas que compartilham, quais sejam: os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre e outros sistemas de comunicação.

Algumas das principais funções do Banco são: a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidária de seus países membros; o financiamento de estudos de pré-investimento para identificar oportunidades de investimento ou projetos que venham a potencializar o desenvolvimento e a integração de seus países membros nos âmbitos regional e global; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica, bem como toda função propícia para o melhor cumprimento de seus objetivos.

Em 9 de novembro de 2018, a Assembleia de Governadores, reafirmando seu apoio à gestão e ao crescimento contínuo do Banco, aprovou alterações ao Convênio Constitutivo para modernizá-lo e potencializar sua capacidade e sua relevância como parceiro eficaz de seus países membros, contribuindo para seu desenvolvimento e sua integração nos âmbitos regional e global. As alterações aprovadas abrangem vários aspectos: i) alteração de sua natureza jurídica de “fundo” para “banco multilateral”; ii) mudança subsequente em sua denominação, para ser reconhecido formalmente como “FONPLATA” ou “O Banco”; iii) alteração de seu objeto para ampliar seu alcance, passando do conceito estritamente geográfico para outro que abrange a região de seus países membros e sua integração no mercado global; iv) ampliação dos membros a partir de seus membros “fundadores”, reconhecendo a possibilidade de participação no capital de outros países ou órgãos “não fundadores”; v) denominação do capital como “capital autorizado” com valor inicial de US\$ 3.014.200, composto de 301.420 ações, com valor nominal de US\$ 10 cada, com direito a um (1) voto por ação na série de ações classe “A”, correspondente aos membros fundadores. Além disso, foi determinado que ações classe “B”, destinadas a membros não fundadores, também comporiam o capital autorizado. O capital autorizado inicial constitui-se em sua totalidade de ações classe “A”, compostas de 134.920 ações de capital em dinheiro, totalizando US\$ 1.349.200, e 166.500 ações de capital exigível, no total de US\$ 1.665.000.

As ações classe “B” serão emitidas, após o aumento do capital autorizado e do número que corresponder à percentagem de participação, no momento da incorporação de novos membros.

Ambas as séries de ações serão emitidas a partir do momento em que as alterações ao Convênio Constitutivo entrarem em vigor nos países membros fundadores, isto é, trinta dias depois de realizadas as comunicações de confirmação pelos países membros fundadores.

Em 31 de dezembro de 2020, e na data da emissão destas demonstrações financeiras, as alterações ao Convênio Constitutivo aprovadas pela Assembleia de Governadores ainda não tinham sido confirmadas pelas autoridades de um dos cinco países membros.

No que diz respeito a seu funcionamento, o Banco está altamente focado no planejamento estratégico e na gestão por resultados. O Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2022, que foi atualizado para o período 2018-2022 e aprovado pela Assembleia de Governadores em agosto de 2017, constitui o instrumento de planejamento estratégico desenhado para conduzir, supervisionar e prestar contas a respeito do grau de alcance dos resultados da gestão do Banco. Complementarmente, o Banco elabora um Documento de Programas e Orçamento (DPP, na sigla em espanhol), que inclui os resultados a serem atingidos em período de três anos, bem como as atividades necessárias e seus custos, formando assim o orçamento de despesas administrativas e o orçamento de investimentos de capital. Os DPP para os períodos 2019-2021 e 2020-2022 foram aprovados pela Assembleia de Governadores em 30 de novembro de 2018 e em 29 de novembro de 2019, respectivamente. Em 20 de novembro de 2020, baseada na recomendação da Diretoria Executiva, a Assembleia de Governadores aprovou o DPP para o período 2021-2023.

Em 14 de março e 2 de dezembro de 2019, o Banco assinou os convênios que reconhecem sua jurisdição e imunidades, direitos e obrigações como banco multilateral de desenvolvimento para realizar suas atividades na República Oriental do Uruguai e na República Argentina, respectivamente (“Convênio Sede”).

As demonstrações financeiras do exercício 2020 foram revisadas pelo Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva e, com base nessa revisão, a Diretoria Executiva recomendou sua aprovação à Assembleia de Governadores em 2 de março de 2021.

NOTA 2 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DURANTE O EXERCÍCIO

As transações detalhadas a seguir impactaram significativamente a posição financeira e o desempenho do Banco durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020:

- Como antecipado na Carta do Presidente do Banco publicada no Relatório Anual 2019, o novo coronavírus (COVID-19) atingiu e continua a atingir ampla e profundamente a economia mundial e as economias regionais, com alto custo em vidas humanas e afetando seriamente as formas de vida, a interação humana e o ambiente e as condições de trabalho.
- Desde meados de março, quando os países começaram a fechar suas fronteiras e deram a ordem a seus habitantes de não saírem de casa, num esforço para conter a propagação da pandemia na sua população, o Banco fechou sua sede principal, bem como os escritórios regionais. No entanto, graças ao investimento realizado em tecnologia da informação, o Banco passou sem qualquer impacto em sua produtividade e eficácia, da modalidade de trabalho presencial para a de trabalho à distância, podendo nosso quadro de pessoal trabalhar de casa. Dessa forma, cuidou da saúde de seus funcionários e continuou a atender às necessidades de seus países membros, apoiando seus esforços para neutralizar os efeitos imediatos da pandemia.

- O efeito imediato da pandemia gerada pela COVID-19 para o Banco foi uma redução nas taxas de juros. Em particular, na taxa de juros Libor de 6 meses, que é a taxa de referência usada nos empréstimos outorgados aos países membros e que, portanto, afeta diretamente o montante de juros acumulados sobre os empréstimos. O efeito desta redução na receita líquida foi compensado por um aumento no saldo de empréstimos a pagar, equivalente a 33,6%, no que diz respeito à carteira de empréstimos bruta em 2019 (US\$ 1.251.495, em 31 de dezembro de 2020, comparado a US\$ 936.458, em 31 de dezembro de 2019), produto do aumento de 83% no montante dos desembolsos em empréstimos vigentes no valor de US\$ 392.094 (2019 – US\$ 214.298). Além disso, a redução das receitas por empréstimos foi parcialmente compensada pela redução nos custos dos empréstimos, que são contratados com base na taxa de juros Libor de 6 meses. Nos casos nos quais os empréstimos foram contratados com taxa fixa, cumprindo suas políticas de administração de riscos que requerem minimizar a exposição ao risco de taxa de juros e moeda, usando operações de *swap*, a taxa fixa foi trocada por dívida à taxa Libor de 6 meses, igualando assim a taxa com a qual são remunerados os ativos financeiros do Banco. Assim, o Banco administra de forma eficaz dos fluxos de caixa, eliminando a exposição ao risco de juros. Vide notas 4.10; 6; e 8.5-(ii) para mais detalhes.
- O efeito na receita líquida como resultado de ajustes de estimativas relacionadas: (i) à melhora na classificação de risco de crédito de um país membro, que permitiu reduzir, em setembro de 2020, o grau de provisão para perdas potenciais em empréstimos em US\$ 6.878, com o consequente aumento na receita líquida; e (ii) à reversão da provisão para perdas em títulos da República Argentina, classificados como investimentos mantidos até seu vencimento e, portanto, mensurados ao custo amortizado e reduzidos a seu valor real de mercado por meio de provisão. Estes títulos foram trocados como parte do acordo entre a República Argentina e os detentores de seus títulos em 15 de agosto de 2020. No início de setembro de 2020, o Banco recebeu em troca novos títulos no valor nominal dos títulos a serem trocados e os classificou em sua carteira de investimentos disponíveis para venda. Estes investimentos são inicialmente avaliados no valor de custo e, depois, no valor de mercado, registrando-se as variações subsequentes em outros resultados abrangentes. Na hora da troca, o Banco fez a reversão do montante da provisão para perdas esperadas em títulos para US\$ 3.852. Isso contribuiu para aumentar a receita líquida do exercício. Vide notas 8.3-(ii) e 8.7 para mais detalhes.
- Quanto às operações, o Banco focou suas ações no apoio imediato aos países membros na resposta às necessidades urgentes associadas à pandemia, disponibilizando recursos adicionais ao seu programa regular de empréstimos no montante de US\$ 120.800, por meio das seguintes ações:
 - Aprovação, por meio do Programa de Cooperação Técnica (PCT), de US\$ 1.500 em recursos não reembolsáveis de cooperação técnica a serem distribuídos entre os 5 países membros para arcar com os custos de equipamentos de biossegurança para a proteção, suprimentos médicos e equipes para combater a COVID-19. O total desembolsado sob esta cooperação técnica em 2020 foi de US\$ 1.370.
 - Desembolso de US\$ 72.000 em vários financiamentos diretamente desenhados para responder à crise da COVID-19, como parte da linha de emergência aprovada pela Diretoria Executiva (RDE N.º 1454/20).
 - Desembolsos de US\$ 2.600 realizados com base na cláusula de emergência estabelecida nos contratos de empréstimo em vigor. Esta cláusula prevê a possibilidade de realocar até 5% dos recursos aprovados para o financiamento de forma a ajudar os países membros a mitigar emergências. Estes recursos foram usados pelos países membros para a aquisição de equipamentos e suprimentos médicos, bem como para a realização de outras atividades ligadas à mitigação da COVID-19.
 - Redirecionamento de fundos não desembolsados em contratos de empréstimo em vigor, no total de US\$ 44.800, que foram usados na luta contra a COVID-19.

- O aumento na demanda de recursos pelos países membros para financiar atividades diretamente ligadas à mitigação da pandemia decorrente da COVID-19 determinou um aumento nos desembolsos de empréstimos que, em 31 de dezembro de 2020, totalizaram US\$ 392.094, ultrapassando em US\$ 122.000 a meta estabelecida para o período 2020-2022 no DPP, que era de US\$ 250.000 a US\$ 270.000.
- No final de 2019, a Assembleia de Governadores aprovou a política de afetação de recursos de financiamento para possibilitar o financiamento de empresas estatais sem garantia de risco soberano, nos âmbitos nacional, federal e subnacional. Com base nesta aprovação, ainda em 2019, a Diretoria Executiva aprovou novo instrumento de empréstimo para o financiamento de operações sem garantia soberana (SGS). Em 12 de maio de 2020, a Diretoria Executiva aprovou a primeira operação sob esta nova linha de financiamento, inicialmente voltada para o financiamento de bancos de desenvolvimento. Trata-se de linha de crédito rotativo sem garantia soberana outorgada ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) no montante de US\$ 36.000, com prazo de 8 anos. Em 21 de maio de 2020, o Banco desembolsou a totalidade do montante aprovado. A vigência desta primeira fase é de 5 anos, com 2 anos de carência, e prevê amortização semestral do principal, juros e comissões. Os juros tomam por base a taxa LIBOR de 6 meses, que é a taxa de referência para todas as operações de empréstimo do Banco, mais *spread* fixo determinado a partir da classificação de risco de crédito atribuída pelo Banco no momento da concessão do financiamento. Além disso, em 15 de setembro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou linha de crédito rotativo sem garantia soberana para o Banco Nacional de Fomento (BNF) do Paraguai no montante de US\$ 36.000, com prazo de 8 anos e 2 anos de carência. Este empréstimo foi totalmente desembolsado em 15 de dezembro de 2020.
- Com vistas a cumprir sua política de liquidez e responder ao aumento da demanda de desembolsos via empréstimos, o Banco decidiu usar a parcela não desembolsada de linhas de crédito em vigor contratadas com outras instituições multilaterais e bilaterais, bem como adquirir empréstimos, por meio de notas promissórias, com alguns bancos centrais de seus países membros. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o banco captou US\$ 292.883 das seguintes fontes:

<u>Entidade</u>	<u>Dívida em 31 de dezembro de 2019</u> \$	<u>Amortização do principal e ajustes de valor justo</u> \$	<u>Fundos captados em 2020</u> \$	<u>Dívida em 31 de dezembro de 2020</u> \$
Corporação Andina de Fomento (CAF)	10.667	(5.333)	64.000	69.334
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	60.215	-.-	27.883	88.098
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	5.000	-.-	15.000	20.000
Banco Europeu de Investimento (BEI)	-.-	-.-	6.000	6.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO)	5.536	-.-	-.-	5.536
Diferido	(194)	(88)	-.-	(282)
Subtotal multilaterais e outros	81.224	(5.421)	112.883	188.686
Emissão títulos CHF	148.809	-.-	-.-	148.809
Diferido	(693)	113	-.-	(580)
Ajustes valor justo	5.385	16.028	-.-	21.413
Subtotal títulos	153.501	16.141	-.-	169.642
Banco Central da Bolívia (BCB) – Libor de 6 meses	30.000	-.-	50.000	80.000
Banco Central do Uruguai (CBU) – Taxa fixa	-.-	-.-	130.000	130.000
Diferido	(17)	13	-.-	(4)
Subtotal bancos centrais	29.983	13	180.000	209.996
Total dívidas	264.708	10.733	292.883	568.324

- Em 31 de dezembro de 2020, o Banco mantinha negociações com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) para obter linha de crédito no montante máximo de US\$ 300.000, a ser usada para o financiamento de desembolsos em empréstimos a países membros. Além disso, o Banco negocia com a Agência Multilateral de Garantias de Investimento (MIGA, na sigla em inglês), do Banco Mundial, para obter garantia para empréstimo com o J.P. Morgan Chase, NA (JPM), no montante de US\$ 120.000. Finalmente, o Banco está considerando, ainda, a emissão de novo título a ser lançado no mercado suíço de valores. Espera-se que estes financiamentos sejam formalizados no primeiro semestre de 2021.
- Como parte de sua estratégia de gestão de riscos de exposição a mudanças nas taxas de juros e nas taxas de câmbio, o Banco outorga todos seus empréstimos em dólares americanos, cobrando juros com base na Libor de 6 meses, e contrata a maioria de suas dívidas em dólares americanos e com base na Libor de 6 meses, minimizando, assim, o risco de exposição. No entanto, quando emite dívida em moedas diferentes do dólar americano ou contrata dívida a taxas diferentes da Libor de 6 meses, o Banco se utiliza de derivativos, por meio de operações de *swap*, de forma a compensar o risco assumido com a obrigação original. Em vista disto, e com relação às notas promissórias assinadas com o BCU pela captação de depósitos a prazo fixo no total de US\$ 130.000 com juros a taxa fixa, em 5 de maio de 2020, o Banco contratou duas operações de *swap*, passando o passivo resultante para a taxa Libor de 6 meses, que é a taxa de referência dos empréstimos outorgados pelo Banco a seus países membros. Dessa forma, o Banco minimiza o risco de mudanças na taxa de juros associada aos depósitos captados do BCU.
- O Banco classificou estes derivativos como instrumentos de proteção dos fluxos de caixa conforme a IFRS 9. Consequentemente, os derivativos são mensurados pelo valor justo, usando o método de fluxos descontados de fundos e apresentados nas demonstrações financeiras sob demais ativos e passivos, junto com a garantia constituída ou recebida da contraparte. Esta modalidade de apresentação nas demonstrações financeiras ampara-se no Contrato Mestre ISDA de compensação, que estabelece o direito de compensar as posições no balanço. Vide notas 4.10; 6; e 8.5-(ii).
- O uso de derivativos pelo Banco tem como único objetivo reduzir o risco de exposição a mudanças nas taxas de juros e nas taxas de câmbio, não sendo utilizados para fins especulativos.
- A partir da assinatura do acordo entre o Banco e o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para a administração dos fundos deste último em dezembro de 2019, o Banco assumiu o papel de agente fiduciário do FOCEM, atividade que começou a realizar a partir de 24 de julho, data na qual foi recebida a primeira transferência de fundos. Essa função abrange, inicialmente, o investimento dos fundos recebidos, auferindo, em troca, comissão baseada no retorno obtido. O Banco mantém os fundos de forma totalmente separada em seus registros, mas utiliza as mesmas políticas, critérios de investimento e procedimentos de controle. A assinatura deste acordo abre as portas para alavancar a complementaridade entre os projetos apoiados pelo FOCEM e pela agenda para a integração e o desenvolvimento do Banco e é resultado da credibilidade e do prestígio do Banco na região.

NOTA 3 – DETERMINAÇÃO DA RECEITA

O Banco gera a maior parte de suas receitas como resultado da concessão de empréstimos com garantia soberana a seus países membros e, a partir de 2020, uma pequena parte, da aprovação de empréstimos a bancos públicos nos âmbitos nacional e subnacional dos países membros. Os fatores a seguir afetam diretamente o crescimento da carteira de empréstimos e determinam a geração de receitas por empréstimos:

- A capacidade de empréstimo, que equivale a 3 vezes o valor do patrimônio;
- O montante dos desembolsos dos empréstimos;
- O montante de amortizações do principal recebido durante o ano; e
- A taxa Libor de 6 meses e a taxa de retorno operacional ou *spread*.

A receita de investimentos está diretamente relacionada aos investimentos das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa), com vistas a reduzir os custos para manter a liquidez exigida. O Banco mantém liquidez para poder cumprir seus compromissos de desembolsos de empréstimos, o pagamento de suas obrigações por dívidas contraídas e, também, para arcar com seus custos de funcionamento durante período de 12 meses (vide Nota 6.5).

O quadro a seguir mostra a média dos ativos e passivos financeiros e as despesas administrativas, discriminando as receitas, despesas e a receita líquida:

	31 de dezembro de					
	2020			2019		
	Saldo médio	Receitas	Retorno %	Saldo médio	Receitas	Retorno %
Empréstimos a receber	1.093.976	43.108	3,94	867.915	46.677	5,38
Investimentos	403.870	8.057	1,99	302.024	7.828	2,59
Ativos financeiros	1.497.846	51.165	3,42	1.169.939	54.505	4,66
Dívidas	(416.516)	(8.627)	(2,07)	(172.201)	(8.442)	(4,90)
Ativos financeiros líquidos	1.081.330	42.538	3,93	997.738	46.063	4,62
Provisões e outros encargos ¹	-.-	2.244	0,20	-.-	(8.424)	(0,84)
Despesas administrativas	-.-	(8.868)	(0,82)	-.-	(9.331)	(0,94)
Ativos líquidos	1.081.330	35.914	3,32	997.738	28.308	2,84
Patrimônio	1.068.865	-.-	3,36	990.526	-.-	2,86

¹ Inclui a participação na receita de investimento dos fundos especiais no valor de US\$ 162, perda (2019 - US\$ 152, perda); outras receitas no valor de US\$ 104, ganho líquido (2019 - US\$ 162, ganho líquido); depreciação do exercício no valor de US\$ 321, (2019 - US\$ 314); provisão para perdas potenciais em empréstimos de US\$ 2.498, recuperação líquida do exercício (2019 - US\$ 8.136, encargo líquido do exercício); e diferenças cambiais de US\$ 129, ganho líquido (2019 - US\$ 164, ganho líquido). O montante estabelecido para 2019 inclui, também a provisão para perdas esperadas por desvalorização de investimentos em títulos da República Argentina no valor de US\$ 52, encargo líquido do exercício.

NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente para todos os anos apresentados.

4.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento das Normas Internacionais de Contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, na sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações do IFRS (IFRIC, na sigla em inglês) aplicáveis às entidades sujeitas às normas IFRS e que cumprem as normas emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, na sigla em inglês).

O Banco apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme a ordem de liquidez. Ativos e passivos são apresentados de acordo com sua realização financeira nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (correntes) e para além de 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não correntes), conforme a Nota 13.

(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Investimentos disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, mensurados a custo amortizado e ajustados a valor justo, por meio da aplicação de provisão para perdas potenciais por desvalorização esperadas naqueles casos nos quais este último for menor.
- Propriedades mensuradas pelo valor justo.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

O quadro abaixo apresenta um resumo das novas normas internacionais de contabilidade (IFRS), bem como de alterações das normas em vigor, que começaram a ser aplicadas pelo Banco a partir de 1 de janeiro de 2020. As normas e alterações abaixo arroladas excluem as seguintes normas internacionais de contabilidade, que não se aplicam às atividades do Banco: IFRS 11, Negócios em Conjunto; IAS 12, Tributos sobre o lucro; e Mudanças, Remensurações e Acordos em Planos de Benefícios – Alterações à IAS 19.

As seguintes normas e alterações são aplicáveis pela primeira vez na gestão anual iniciada em 1 de janeiro de 2020:

Norma	Requisitos relevantes	Entrada em vigor
IAS 1 e IAS 8, definição de materialidade	Estas alterações à IAS 1, “Apresentação de Demonstrações Financeiras”, e à IAS 8, “Políticas contábeis, mudanças de estimativas contábeis e erros”, e alterações a outras IFRS, abrangem: i) uso consistente de definição de materialidade por meio das IAS e da estrutura conceitual para informações financeiras; ii) esclarecimento e explicação da definição de materialidade; e iii) algumas das orientações incluídas na IAS 1 sobre informações imateriais.	1 de janeiro de 2020
Alterações às IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juros de referência (IBOR)	Estas alterações trazem isenções ligadas às reformas das taxas de juros de referência. Trata-se de isenções à aplicação da contabilização de operações de cobertura (<i>hedge</i>), de forma que a reforma da IBOR não implique, em geral, a descontinuidade da contabilização de operações de cobertura. Porém, qualquer ineficácia da operação de cobertura deveria continuar a ser registrada na demonstração de resultados. Considerando o uso na indústria e a natureza das operações de cobertura baseadas em contratos que envolvem a IBOR, as isenções propostas terão impacto na maioria das organizações.	1 de janeiro de 2020
Alterações à IAS 1 - Apresentação e classificação dos passivos nas demonstrações financeiras	Estas alterações pontuais à IAS 1, “Apresentação das demonstrações financeiras”, esclarecem a apresentação do passivo, classificado seja como corrente ou não corrente, dependendo da existência ou não de direitos de terceiros no encerramento do período contábil. A classificação não é atingida pelas expectativas da entidade ou por fatos posteriores à data de encerramento do período (por exemplo, a obtenção de uma exceção ou o descumprimento de cláusula contratual). A alteração esclarece, ainda, o significado atribuído pela IAS 1 quando faz referência ao cancelamento de passivo.	1 de janeiro de 2021

A maioria das alterações acima referidas não tiveram impacto significativo nos montantes reconhecidos em períodos anteriores e não se espera que tenham impacto significativo nos resultados nem na posição financeira de períodos futuros.

4.2 Informações sobre segmentos

Baseado na análise de suas operações, o Banco determinou que tem apenas um segmento operacional, que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países membros.

O Banco avalia periodicamente seu desempenho e sua posição financeira de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

4.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações que os constituem, são mensurados usando o dólar americano, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera o Banco (“moeda funcional”).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Ganhos ou perdas por transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar americano e, em geral, referem-se a despesas administrativas incorridas na sede principal do Banco, ou em seus escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos em Assunção, Paraguai, Buenos Aires, Argentina, e Montevideú, Uruguai. Ganhos ou perdas por diferenças cambiais associados a despesas administrativas são apresentados na demonstração de resultados em base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos financeiros, tais como investimentos e empréstimos, são denominados em dólares americanos, com exceção dos títulos denominados em francos suíços que foram trocados por dólares americanos, o Banco não mantém passivos financeiros em moedas diferentes do dólar americano, portanto, não há diferenças cambiais a eles relacionadas.

Com exceção de pequeno número de bens e serviços relativos a despesas administrativas denominadas em moedas diferentes da moeda funcional, a maioria das despesas operacionais do Banco são incorridas na moeda funcional e registradas ao seu valor justo. Essas quantias são traduzidas para a moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data na qual é estabelecido seu valor justo. As diferenças cambiais em ativos e passivos mensurados a valor justo são apresentadas junto com ganhos e perdas ao valor justo.

4.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e de investimentos a custo amortizado é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva. As outras receitas relativas à gestão de empréstimos, que consistem em taxas de administração e comissões de compromisso, são determinadas de acordo com o que estabelece a IFRS 15.

O Banco reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é possível que os benefícios econômicos sejam favoráveis. O Banco baseia suas estimativas nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de tomador de recursos e as especificações de cada um dos acordos assinados.

4.5 Arrendamentos

Contratos de arrendamento por prazos de até 12 meses que não incluem opção de compra são reconhecidos como despesa com base no método da linha reta ao longo do prazo do contrato respectivo.

Todos os contratos de arrendamento são inicialmente reconhecidos como ativo, com base no direito de uso, e como passivo pelo valor total do arrendamento a ser pago ao longo do contrato. O direito de uso é mensurado inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento somado a quaisquer custos indiretos incorridos. Depois do início do arrendamento, o arrendatário deve mensurar o ativo de direito de uso do bem arrendado com base no modelo baseado em custos.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa e depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de três meses, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de alterações no valor.

4.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, é mensurada a seu custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, vide Nota 8.4.

4.8 O modelo de negócios e seu efeito em ativos e passivos financeiros

A classificação, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco são determinadas por seu modelo de negócios. A arquitetura do modelo de negócios foi desenhada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados em melhorar a integração e o desenvolvimento socioeconômico. O Banco, como qualquer outro banco de desenvolvimento multilateral (BDM), financia seu programa de empréstimos por meio de uma combinação de fundos provenientes de subscrições de capital em dinheiro integralizadas por seus países membros, capital autogerado por acumulação de receitas líquidas e realizadas e dívidas assumidas por meio da emissão de títulos e empréstimos contratados com outros BDM e instituições financeiras internacionais. O capital do Banco é composto por capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar. O capital a realizar é subscrito e comprometido pelos países membros, que assumem o compromisso de integralizar esse capital no caso de emergência ou catástrofe que impeça o acesso do Banco aos mercados de capitais ou de captar financiamentos de outros BDMs, agências ou instituições bilaterais da cooperação internacional para cumprir suas obrigações financeiras.

Um dos elementos-chave no modelo de negócios do Banco é sua habilidade de manter sua relevância. A relevância do Banco é medida por meio de sua capacidade de mobilizar recursos, tanto por meio de seus financiamentos como de recursos de cooperação técnica, suficientes para ajudar seus países membros com suas necessidades de desenvolvimento.

Para cumprir sua missão, os BDMs devem aumentar continuamente seu capital por meio do aumento de sua capacidade de empréstimo ao longo do tempo. Com esse propósito, em média, a cada 5 a 7 anos, os BDMs podem realizar aumento de capital consistente em capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar e, em alguns casos, também por meio da adição de novos membros.

Nos BDMs, a capacidade de empréstimo é determinada por meio da combinação de capital realizado em moeda conversível mais a soma do capital a realizar subscrito e comprometido pelos países membros cujas moedas são conversíveis, líquido do volume de empréstimos a receber e a desembolsar, como é o caso dos BDMs mais antigos e maduros com membros no âmbito mundial, ou por meio da aplicação de multiplicador sobre o patrimônio, como é o caso das instituições mais jovens e regionais, como o Banco.

No caso do Banco, a capacidade de empréstimo é medida com base em multiplicador de três vezes o montante do patrimônio.

Com base na sua estrutura de capital, pela qual no final do período de subscrição e integralização do segundo aumento de capital, atingirá em torno de 45% de capital a pagar em dinheiro e 55% de capital a realizar, o Banco precisa captar recursos de terceiros para financiar parte dos desembolsos de empréstimos outorgados. A capacidade de endividamento do Banco também é determinada com base em multiplicador de duas vezes o montante do patrimônio mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos outorgados a seus países membros. Todos os ativos e passivos financeiros são contratados e denominados em dólares americanos e incorrem em juros com base na taxa Libor de 6 meses, mais *spread*. No âmbito da política prudencial de administração de riscos do Banco, nos casos nos quais as dívidas são contratadas em moedas diferentes do dólar americano e com taxas de juros diferentes da Libor de 6 meses, o Banco usa derivativos com o único propósito de minimizar o risco de exposição a diferenças cambiais e a variações nas taxas de juros e não para fins especulativos. Os derivativos são classificados como instrumentos de proteção (*hedge*) dos fluxos de caixa das dívidas contraídas.

O Banco mantém liquidez com vistas a garantir sua habilidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para dar conta das despesas operacionais e dos investimentos de capital planejados que se espera incorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício fiscal. As disponibilidades são investidas apenas para reduzir os custos de manter o nível de liquidez requerido pelas políticas do Banco.

As principais divulgações que fazem parte integral destas demonstrações financeiras apresentam informações específicas a respeito de cada um dos ativos e passivos financeiros importantes do Banco, bem como informações adicionais a respeito de seu modelo de negócios e como este modelo determina a forma pela qual ativos e passivos são classificados, medidos, reconhecidos e divulgados, assim como o momento oportuno para fazê-lo.

(i) Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos foram adquiridos. O Banco classifica seus investimentos em duas carteiras diferentes. Uma na qual os investimentos podem ser vendidos a qualquer tempo antes do vencimento de seu contrato e outra na qual os investimentos são adquiridos com a intenção de serem mantidos até seu vencimento contratual. A classificação dos investimentos em qualquer uma das carteiras é determinada com base nas exigências do processo de planejamento da liquidez e outros fatores importantes. O Banco determina a classificação de seus investimentos no momento de sua aquisição e reconhecimento.

Os investimentos mantidos até seu vencimento são mensurados ao menor valor entre seu custo amortizado e seu valor justo, e estão sujeitos a revisão, no mínimo anualmente, de forma a validar a razoabilidade. Os investimentos classificados para venda são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A Nota 8 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativo financeiro.

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mantidos a custo amortizado (carteira de empréstimos e investimentos): são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes apenas do pagamento do capital e dos juros, não sendo classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, e são mensurados pelo custo amortizado. Os saldos destes ativos são ajustados pela provisão para perdas esperadas, sendo reconhecidos e apurados conforme descrito nesta nota.
- Ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes de capital e juros e da venda dos ativos não classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” e são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- O Banco não detém ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Os derivativos como resultado da operação de *swap* são contraídos como parte da estratégia integral de riscos para a cobertura do risco da taxa de juros e taxa de câmbio de moeda estrangeira e são associados à captação de dívida em moedas diferentes do dólar americano ou que cobram juros com base em taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo do Banco, que é a Libor de 6 meses. Os derivativos foram classificados como instrumentos de proteção dos fluxos de caixa esperados e são considerados totalmente efetivos. Considerando o direito do Banco de compensação no caso de descumprimento pela contraparte, as alterações no valor justo dos derivativos contratados são apresentadas de forma líquida, junto com a garantia recebida da contraparte, fazendo parte do ativo, sob o título “derivativos” no balanço patrimonial. O título é mostrado ao custo amortizado no saldo de dívida no balanço patrimonial. As alterações no valor justo da operação de *swap* fazem parte de outros resultados abrangentes (vide notas 2; 4.10 e 8.5-(ii)).

(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros diferentes dos empréstimos podem ser reclassificados em categoria diferente de “investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, com base no modelo de negócios usado para gerir os ativos financeiros ou com base nas características dos fluxos de caixa contratuais associados a esses ativos.

As reclassificações são realizadas ao valor justo na data da reclassificação. O valor justo torna-se o custo ou custo amortizável, se aplicável, e não é possível realizar reversões posteriores dos ganhos ou perdas do valor justo contabilizado antes da data de reclassificação. As taxas de juros efetivas dos ativos financeiros reclassificados na categoria de “valores mantidos a seu custo amortizado” são determinadas na data da reclassificação. Os aumentos adicionais estimados no fluxo de caixa são ajustados pela taxa de juros efetiva de forma prospectiva.

(iii) Reconhecimento e baixa

A geração, compra e venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Banco gera, compra ou vende os ativos. Os ativos financeiros são baixados no momento da extinção dos direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros ou da transferência dos benefícios ou riscos da propriedade desses ativos.

Quando os investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, os ajustes no valor justo acumulados na reserva do patrimônio são reclassificados na demonstração de resultados como ganhos ou perdas com investimentos.

(iv) Mensuração

No início da transação, o Banco mensura os ativos financeiros ao valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os investimentos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e as perdas e ganhos como resultado de alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes até o momento de sua realização, quando perdas e ganhos são reclassificados como parte do lucro operacional. Os juros que venham a ser gerados dos ativos financeiros avaliados ao valor justo mantidos a seu custo amortizado e empréstimos, apurados usando o método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como parte das receitas operacionais.

A Nota 8.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Desvalorização

O Banco avalia a possibilidade de desvalorizações potenciais de um ativo financeiro específico ou de um grupo de ativos financeiros. O Banco determina a adequação de sua provisão para risco de perdas potenciais em empréstimos, usando metodologia modelada com base nas boas práticas desenvolvidas pelos principais BDM, que trabalharam em colaboração com as agências líderes de classificação de risco. A metodologia usada quantifica a perda esperada com base nos seguintes fatores: (i) a exposição máxima ao risco de descumprimento (*default*), (ii) a probabilidade de descumprimento e (iii) a percentagem máxima de perda esperada. Embora o Banco aplique a mesma fórmula, os valores que assume cada fator são diferentes para a carteira de empréstimos outorgados com garantia soberana e sem garantia soberana.

Para a carteira de empréstimos com garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de risco de descumprimento (*default*) pelos países membros com base na classificação mais recente de risco de crédito atribuída por três das agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas, multiplicada pela percentagem de perda máxima esperada. A percentagem usada é a mesma para toda a carteira de empréstimos com garantia soberana.

Para empréstimos sem garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de descumprimento (*default*), usando a classificação de risco de crédito mais recente emitida por uma das agências reconhecidas internacionalmente, e ajustada pela classificação desenvolvida internamente pelo Banco. O impacto ou perda máxima esperada é calculado com base em percentagem, seguindo as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia para sistemas internos de classificação de risco de crédito.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.

Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuïrem e essa diminuição estiver relacionada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento da desvalorização (como uma melhoria na capacidade creditícia do devedor), a desvalorização antes contabilizada pode reverter-se com efeito na demonstração do resultado do exercício.

A acumulação de juros e comissões por empréstimos é descontinuada uma vez transcorridos mais de 180 dias do vencimento do serviço do empréstimo sem que ele tenha sido pago. O montante de juros e comissões a receber por empréstimos declarado em estado de moratória manter-se-á dessa forma até que o empréstimo seja declarado quitado pelo Banco. Para quitar o empréstimo é necessário que o tomador de recursos pague a totalidade dos montantes devidos ao Banco e confirme ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o descumprimento em tempo e forma de suas obrigações referentes a empréstimos outorgados pelo Banco.

A Nota 8.4 – (iii) apresenta explicação detalhada desta metodologia, bem como da determinação da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos.

A desvalorização esperada no valor de investimentos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) faz parte do valor de mercado. No entanto, o Banco avalia potenciais perdas por desvalorização no valor dos investimentos fazendo a revisão das mudanças na classificação de risco de crédito do emissor, de forma a avaliar se elas são temporárias ou mostram desvalorização permanente. Nesse caso, o Banco ajustará o valor justo reconhecendo uma provisão regularizadora do valor do investimento com encargo no resultado do exercício.

Para investimentos mantidos até o vencimento, mensurados ao custo amortizado, o Banco estima as perdas por desvalorização esperadas por meio da comparação do preço bruto e o preço de mercado para cada investimento mantido em carteira, referente a seu valor contábil, reconhecendo as perdas potenciais por desvalorização com base na diferença entre o valor contábil e o preço de mercado, na medida em que o último seja inferior ao valor contábil.

Exceto pela determinação da adequação do montante da provisão para perdas esperadas em empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana, para o que o Banco usa metodologia específica modelada com base na metodologia adotada pelos principais BDMs, tal como é explicado no parágrafo (v) acima, e para os efeitos de estimar o montante de perdas de crédito esperadas (PCE) em outros ativos financeiros, e de acordo com suas políticas, o Banco classifica seus instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), numa das seguintes etapas:

Etapas 1: inclui os instrumentos cujo risco de incobrabilidade não aumentou de forma significativa desde seu reconhecimento inicial e cuja imparidade a incorrer for igual à perda de crédito esperada (PCE) nos próximos 12 meses.

Etapas 2: inclui ativos cuja qualidade de crédito sofreu imparidade e estão expostos à PCE até seu vencimento.

Etapas 3: inclui ativos que atingiram ou estão prestes a atingir seu vencimento, cuja qualidade de crédito sofreu desvalorização significativa, bem como compromissos de empréstimo ou garantias financeiras cujo desembolso é provável e sua cobrança, duvidosa.

Classificação em etapas: Imediatamente depois do reconhecimento inicial de um ativo financeiro, a determinação da deterioração de sua qualidade de risco de crédito e de seu grau é estimada com base nos seguintes critérios:

- O prazo contratualmente estabelecido para as amortizações de principal ou de juros venceu há mais de 180 dias;
- Há queda significativa na classificação de risco de crédito do ativo; e
- A qualidade de crédito do ativo sofreu deterioração.

(vi) Realização de receita

Os ganhos oriundos dos juros são contabilizados usando o método da taxa de juros efetiva. Se houver empréstimos em estado de não acumulação de receita, eles serão considerados créditos com redução ao valor recuperável. Considera-se que um empréstimo sofre desvalorização quando a análise das informações disponíveis e dos eventos atuais mostram que há certa probabilidade de que o Banco não possa recuperar o montante total de capital e juros devidos de acordo com os termos do contrato de empréstimo. Quando um empréstimo sofre desvalorização, o Banco reduz o valor contábil desses ativos ao valor recuperável, sendo os fluxos de caixa futuros estimados descontados da taxa de juros original e revertido o efeito do desconto contra as receitas financeiras. Os ganhos com os juros sobre empréstimos com desvalorização são contabilizados usando a taxa de juros efetiva original.

4.9 Propriedades e equipamentos

As propriedades são contabilizadas por seu valor contábil, que incorpora o resultado de reavaliações, que, por sua vez, é contabilizado em resultados abrangentes e acumulado nas reservas no patrimônio. Na medida em que o aumento do ativo por reavaliação tenha sido anteriormente revertido com efeito na demonstração de resultados, o aumento posterior deve ser contabilizado também com efeito na demonstração de resultados. As diminuições que venham a reverter os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos são contabilizadas, inicialmente, nos outros resultados abrangentes na medida em que existam excedentes por reavaliação atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são contabilizadas na demonstração de resultados.

Os equipamentos são contabilizados ao custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são contabilizados como ativo separado, se houver alguma probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e quando seus custos puderem ser avaliados de forma confiável. Os valores contábeis de qualquer componente são contabilizados como item separado. Na hora de serem substituídos, faz-se sua baixa pelo custo líquido da depreciação acumulada. Os custos de consertos e manutenções são contabilizados na demonstração de resultados no período ou nos períodos nos quais são incorridos.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo Banco são apresentados na Nota 9.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se for o caso, no final de cada gestão. Os valores contábeis dos ativos são ajustados a seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassar seu valor recuperável estimado.

Perdas ou ganhos sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil com o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na demonstração de resultados. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Banco transferir os montantes incluídos nas outras reservas para os resultados acumulados.

4.10 Passivo financeiro

Os passivos financeiros consistem em dívidas contraídas para financiar desembolsos esperados em empréstimos e instrumentos derivativos contratados, que fazem parte integral da estratégia de proteção do Banco, para administrar de forma eficaz o risco de variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar americano. O valor justo dos instrumentos classificados para a proteção de fluxos de caixa é explicado na Nota 8.5 e as mudanças na reserva para alterações no valor justo que fazem parte de outros resultados abrangentes são incluídas na Demonstração das Alterações no Capital Próprio e são explicadas na Nota 10.2-(ii).

No início da operação de cobertura, o Banco documenta o objetivo de administração de riscos e sua estratégia, bem como a relação econômica entre os instrumentos de proteção contratados e os ativos e passivos a serem protegidos, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa dos instrumentos de proteção contratados irão compensar as alterações nos fluxos de caixa dos ativos e passivos protegidos.

A seguir, incluímos uma explicação das dívidas contratadas e dos instrumentos financeiros derivativos contratados como parte das operações de proteção e das políticas contábeis utilizadas em relação a eles.

Dívidas: São reconhecidas, inicialmente, por seu valor ou preço de compra líquido das despesas incorridas na transação. Depois, as dívidas são avaliadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor deste passivo reconhecido inicialmente e o valor pago efetivamente é contabilizada na demonstração de resultados com base no método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de proteção: Os derivativos são usados unicamente como proteção contra os riscos de exposição a mudanças nas taxas de juros e nas taxas cambiais (vide junto com as Notas 2; e 8.5-(ii)). Os derivativos comportam risco de mercado e de crédito. O risco inerente de mercado de instrumento derivativo consiste na variação potencial da taxa de juros, da taxa de câmbio ou outros fatores e está relacionado com a natureza e o tipo de instrumento, o volume de transações, seu teor e outros termos próprios de cada contrato, bem como a volatilidade do valor nocional base do contrato.

O risco inerente de crédito é a possibilidade de que a contraparte não cumpra seu compromisso de integralizar a garantia ajustada no contrato para recuperar o saldo devido.

O Banco mitiga o risco de crédito em seus instrumentos financeiros derivativos por meio de sua política de unicamente fazer este tipo de transação com contrapartes que tenham classificação de risco de crédito igual ou superior a “A” (ou seu equivalente) e da assinatura de Acordo Mestre ISDA, que incluía a compensação de saldos com suas contrapartes.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos classificados para a proteção de itens específicos é explicado na Nota 8.5. Os movimentos na reserva para alterações no valor de ativos para operações de cobertura de fluxos de caixa na Demonstração das Alterações no Patrimônio Próprio são apresentados na Nota 10.2-(ii).

O Banco documenta formalmente sua relação e seu objetivo de gestão de riscos, bem como sua estratégia de proteção para a contratação do instrumento financeiro derivativo, incluindo o grau de eficácia do instrumento derivativo para compensar os riscos a serem protegidos. Além disto, o Banco documenta o resultado desta estimativa de eficácia, que é realizada de forma prospectiva e retrospectiva, incluindo descrição do método usado para medir o grau de ineficácia do instrumento derivativo.

Este processo inclui relacionar todos os derivativos designados como proteção do valor justo ou proteção de moedas diferentes do dólar com os ativos e passivos específicos no balanço patrimonial com compromissos vinculantes específicos ou com transações projetadas.

A partir do início da estratégia de proteção e de forma contínua, o Banco monitora se os derivativos utilizados para proteção são altamente eficazes para compensar as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa dos itens a serem protegidos, dos compromissos vinculantes ou das transações projetadas, conforme o caso.

As alterações no valor justo do instrumento derivativo, que é altamente eficaz e foi designado e classificado como proteção dos fluxos de caixa, são registradas em outros resultados abrangentes como ganho ou perda, na medida em que o derivativo é eficaz como instrumento de proteção, até o momento em que as receitas nos fluxos de caixa provenientes do item a ser protegido sejam afetadas pela variabilidade do valor justo.

A parte ineficaz das alterações no valor justo do instrumento derivativo classificado como proteção dos fluxos de caixa é incluída na demonstração de resultados como custos de empréstimos incorridos no período.

O Banco descontinua o tratamento de contabilidade de proteção quando é determinado que esse tratamento deixou de ser eficaz para compensar as alterações nos fluxos de caixa do item protegido no momento do vencimento do derivativo, quando é vendido, rescindido ou executado, ou o ativo protegido ou o passivo expira, é vendido, rescindido ou executado, ou o derivativo não é designado como instrumento de proteção porque é pouco provável que uma transação projetada venha a ocorrer, ou se a Administração determinar que a designação de derivativo como proteção de um item já não é apropriada.

4.11 Outros passivos e obrigações

Estes montantes representam passivos referentes a bens e serviços fornecidos ao Banco antes da data de encerramento, que ainda não foram pagos. As obrigações de outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Estes passivos são contabilizados inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.12 Fundos especiais

Estes montantes representam passivos referentes a investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. Estes passivos não apresentam garantias e são geralmente pagos quando os Fundos especiais solicitam dinheiro em espécie ao Banco. Estes passivos são contabilizados inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.13 Outros benefícios a funcionários

Estes montantes representam as obrigações com o quadro de pessoal do Banco, sob o Fundo de Pensão (PAC). Este passivo é pago aos funcionários no momento do encerramento do vínculo empregatício com a instituição. A contribuição realizada anualmente pelo Banco sobre a poupança voluntária dos funcionários está sujeita à retenção com base no tempo de serviço dos participantes. Os montantes retidos em conformidade com os percentuais de retenção estabelecidos no PAC são diferidos e reconhecidos nos resultados do período, na medida em que os funcionários cumprem o tempo de serviço exigido para usufruir da totalidade do benefício oferecido pelo PAC. A nota 8.6 – c) inclui explicação detalhada do passivo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, ligado ao benefício oferecido pelo PAC.

4.14 Capital

O capital autorizado consiste em ações de capital a pagar em dinheiro e em ações de capital exigível. O capital a pagar em dinheiro representa a porção do capital autorizado que deve ser subscrito e integralizado pelos países membros.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, que exigem que a Presidência Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam os montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são razoáveis nas circunstâncias atuais.

Esta nota oferece panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, respectivamente, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam as demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam a elaboração das demonstrações financeiras do Banco estão relacionadas à:

- Estimativa da provisão para perdas por desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 8.3 – (ii).
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 8.4 – (iii).
- Estimativa da eficácia dos derivativos mantidos para a proteção de fluxos de caixa – Nota 8.5 – (ii).

NOTA 6 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do Banco a riscos financeiros e como esses riscos poderiam impactar seu desempenho financeiro futuro.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
Risco de mercado – Moeda estrangeira	Com exceção da emissão do título denominado em francos suíços, em 13 de março de 2019, data na qual foi efetivamente protegido por meio de operação de <i>swap</i> , como é informado nas Notas 2; 4.10; e 8.5 – (ii), 99,95% dos ativos e passivos financeiros do Banco são denominados em dólares americanos (moeda funcional).	Orçamento de fluxo de caixa	Todas as transações de empréstimos e investimentos, bem como os passivos de relevo apresentados nas demonstrações financeiras, foram ajustados ou contratados em dólares americanos. O Banco contratou operação de <i>swap</i> para compensar o risco de exposição à variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio do franco suíço. Neste sentido, celebrou Contrato Mestre executável sob a convenção da ISDA, que lhe confere o direito à compensação de saldos.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
			Esta operação de instrumentos financeiros derivativos faz parte integral da estratégia de gestão de riscos do Banco, desenhada com vistas a minimizar a exposição a riscos financeiros. Portanto, estes instrumentos financeiros derivativos foram desenhados para a proteção dos fluxos de caixa esperados.
Risco de mercado – Risco de taxa de juros	Risco de exposição a flutuações das taxas de juros aplicáveis aos empréstimos a seus países membros e às dívidas contraídas para financiar desembolsos em empréstimos. Conforme explicado nas Notas 2; 4.10; e 8.5 – (ii), em 13 de março de 2019, com relação à emissão de título com prazo de 5 anos, denominado em francos suíços, com cupom à taxa fixa (0,578%), o Banco contratou operação de <i>swap</i> cambial e de taxa de juros com o JPM. Em 5 de maio de 2020, o Banco contratou duas operações de <i>swap</i> com o JPM, com vistas a trocar a taxa de juros a ser paga ao BCU em compensação pelos fundos tomados a prazo fixo no valor de US\$ 50.000, e US\$ 80.000, respectivamente, pela taxa Libor de 6 meses. O Contrato Mestre ISDA, celebrado com o JPM, confere ao Banco o direito de compensação de saldos.	Análise de sensibilidade.	O Banco estabeleceu políticas para a determinação da taxa de juros sobre os empréstimos e dívidas com vistas a reduzir o risco de variação. Além disso, o Banco tem um coeficiente baixo de alavancagem financeira, que contribui para diminuir ainda mais o risco de exposição a mudanças nas taxas de juros. A exposição potencial a risco de taxa de juros, como resultado da emissão do título denominado em francos suíços, é efetivamente administrada por meio da operação de <i>swap</i>, que substitui de forma efetiva a dívida denominada em francos suíços por dívida denominada em dólares americanos, e a taxa de juros fixa por taxa variável baseada na Libor de 6 meses, mais <i>spread</i> fixo. A taxa Libor de 6 meses é a mesma que o Banco aplica em todas as suas operações de empréstimos com seus países membros. Desta forma, elimina-se a

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
			exposição ao risco de variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio.
Risco de mercado – Preço das ações	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Todos os investimentos consistem em títulos e certificados de depósito, que, de acordo com o modelo de negócios do Banco, são classificados ou como investimentos disponíveis para a venda ou a serem mantidos até seu vencimento.	Análise de sensibilidade baseada em mudanças na taxa de juros para títulos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e com base em mudanças na classificação de risco de crédito do emissor para títulos mantidos até seu vencimento, mensurados ao custo amortizado.	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, investimentos a valor de mercado, investimentos ao custo amortizado.	- Análise de duração - Análise do risco de crédito.	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para investimentos a valor de mercado e investimentos ao custo amortizado.
Risco de liquidez	Outros passivos e obrigações com fundos especiais	Orçamento de fluxo de caixa	Disponibilidade de recursos necessários para cumprir as obrigações.

O Banco administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos. Esta política abrange os riscos financeiros de mercado e taxa de juros, os riscos operacionais e os riscos estratégicos. A gestão integral de riscos do Banco está focada em garantir que os riscos sejam mantidos permanentemente nos parâmetros estabelecidos. Esses parâmetros são estabelecidos nas políticas financeiras da instituição e refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. Quanto à gestão integral de riscos, ela está focada em evitar os riscos que vão além da tolerância a risco da Instituição e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Seguindo as boas práticas internacionais com relação à gestão de riscos, o Banco adotou a classificação de riscos e as definições do Office of the Comptroller of the Currency (OCC – Escritório Controlador da Moeda, dos EUA) e Basileia II.

A estratégia integrada de gestão de riscos do Banco baseia-se na projeção de seus fluxos de caixa e equivalentes nos prazos curto, médio e longo, bem como na projeção de seu balanço patrimonial e receitas. Estas projeções são permanentemente revisadas e ajustadas aos valores reais obtidos e monitorados para projetar o montante de aprovações de empréstimos, desembolsos de empréstimos, dívidas para financiá-los, compromissos e obrigações, bem como o pagamento das despesas administrativas a serem incorridas para alcançar a receita líquida esperada e as exigências de liquidez.

6.1 Risco de moeda

A totalidade dos ativos financeiros e cerca de 99,9% de seu passivo são denominados em dólares americanos, moeda funcional da instituição. Portanto, as demonstrações financeiras do Banco não estão expostas a risco significativo diante de potenciais variações nas taxas de câmbio.

6.2 Risco de taxa de juros

A taxa de juros aplicada aos empréstimos do Banco tem um componente fixo (*spread*) e um variável (taxa LIBOR de 6 meses). O *spread* fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando a atingir equilíbrio entre a acumulação de capital de longo prazo, de forma a garantir a autossustentabilidade do Banco, e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para seus países membros. O Banco aplica modelo de gestão de receita líquida como ferramenta para administrar os resultados, que responde a horizonte de planejamento de médio e longo prazos. O modelo possibilita, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para dar conta de todos os fins estabelecidos em suas políticas financeiras e realizar, oportunamente, os ajustes no *spread* fixo diante de mudanças significativas nos pressupostos e estimativas utilizados. Esta exposição é medida e avaliada regularmente pela Instituição para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

Em conformidade com a política de gestão de receitas e encargos financeiros, o Banco estabelece anualmente um *spread* fixo aplicável a novas operações de empréstimos para o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, a Diretoria Executiva aprovou estrutura de taxas de juros por meio da qual as taxas de juros são estabelecidas de acordo com a duração dos empréstimos (Resolução 1431/2019 da Diretoria Executiva, de 29 de fevereiro de 2019).

Em março de 2017, a Diretoria Executiva do Banco aprovou, por meio da RDE 1390, a criação de linha de crédito para empréstimos com base na taxa Libor de 6 meses mais *spread* variável. Em março de 2018, por meio da RDE 1411, a Diretoria Executiva aprovou a diminuição das taxas desta linha de *spread* variável. Até 31 de dezembro de 2020, nenhum empréstimo foi aprovado sob esta modalidade de *spread* variável.

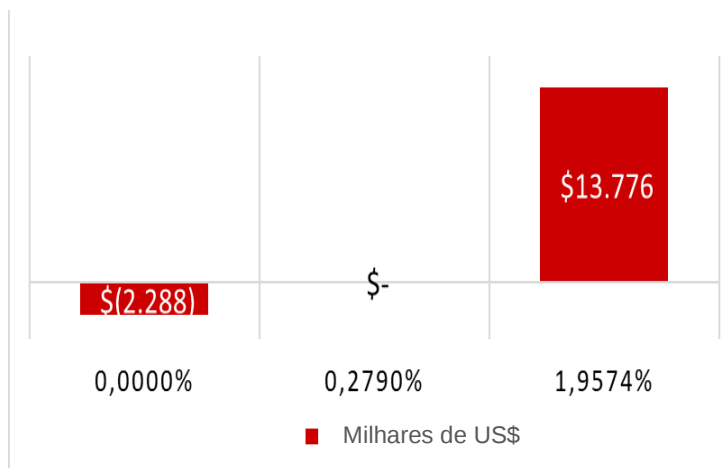
O Presidente Executivo está habilitado para estabelecer taxas com *spreads* fixos diferenciados para empréstimos com prazos inferiores a 15 anos. Neste sentido, para incentivar os tomadores de recursos a tomarem empréstimos com prazos menores, foram aprovadas taxas operacionais diferenciadas.

Para o Banco, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa Libor de 6 meses. O Banco realiza análise de sensibilidade para determinar a variação nos resultados ou no patrimônio como resultado de mudanças na Libor de 6 meses.

Com base no Orçamento de Despesas Administrativas e Investimentos de Capital aprovado pela Assembleia de Governadores para 2020, a análise de sensibilidade foi apurada considerando a taxa Libor de 6 meses equivalente a 28 pontos base com variação positiva de 168 pontos base e negativa de 28 pontos base.

O resultado dessa análise apresenta a LIBOR de 6 meses máxima equivalente a 196 pontos base, e a mínima, a 0 pontos base. De acordo com a análise, ainda, se ocorrer a variação positiva de 168 pontos base ou negativa de 28 pontos base, respectivamente, a receita líquida futura poderia aumentar US\$ 13.776 ou diminuir US\$ 2.288, respectivamente, conforme apresentado no gráfico a seguir.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA TAXA DE JUROS VARIAÇÃO DA TAXA LIBOR DE 6 MESES



6.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do Banco em decorrência de mudanças nas condições do mercado. O Banco administra os riscos de mercado, que impactam principalmente suas carteiras de investimentos e de empréstimos, por meio de medidas diversas para garantir que a exposição a riscos seja mantida dentro dos limites estabelecidos em suas políticas.

Conforme descrito nas Notas 4.8, 8.2 e 8.3, o Banco investe seus ativos líquidos de acordo com sua política de investimentos, que restringe a elegibilidade para investimento ao nível de classificação de risco de crédito que garanta manter classificação média mínima da carteira de investimentos não inferior a “AA”.

Os investimentos do Banco visam assegurar o financiamento de desembolsos de empréstimos, o serviço e amortização de suas dívidas e o pagamento de suas despesas de funcionamento. Consequentemente, o Banco classifica seus ativos de investimento em duas carteiras diferentes, de acordo com seu propósito:

- Investimentos destinados a satisfazer a programação normal dos desembolsos, serviços e amortizações de dívida e o pagamento de despesas administrativas, que fazem parte da programação de médio prazo, de acordo com o fluxo de caixa estimado necessário em cada período. Estes investimentos são designados como investimentos a serem mantidos até o vencimento e mensurados ao custo amortizado e ajustados a seu valor justo, no caso de desvalorização, por meio de provisão para perdas por desvalorização.
- Em cumprimento a seus princípios de gestão prudencial, o Banco mantém margem adicional de liquidez com o objetivo de poder responder a mudanças inesperadas na demanda de desembolsos e para responder proativamente a mudanças súbitas nas taxas de juros. Estes investimentos são classificados como investimentos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Conforme assinalado na Nota 8.7, o Banco usa metodologia para a determinação do valor justo baseada em três níveis, conforme a disponibilidade de determinado valor de mercado. Com base nesta metodologia, o Banco faz a análise de sensibilidade de suas carteiras de investimentos diante do risco de preço, como resultado de mudanças na taxa de juros, para instrumentos cujo vencimento, medido a partir de sua data de emissão, seja superior a 12 meses e que sejam classificados como investimentos disponíveis para venda, mensurados ao

valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e com base na deterioração da classificação de risco de crédito do emissor, para os investimentos designados para serem mantidos até seu vencimento e mensurados ao custo amortizado ou valor justo, o que for menor.

O próximo quadro apresenta a exposição máxima a risco de perdas por alterações no preço dos investimentos classificados como investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), como resultado de variação de 100 pontos base na taxa de juros, e de perdas por desvalorização de um nível para a classificação de risco de crédito do emissor, para investimentos designados para serem mantidos até seu vencimento, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Carteira	Análise de sensibilidade dos investimentos em 31 de dezembro de					
	2020			2019		
	Valor contábil ⁱ \$	Perda máxima \$	Variação %	Valor contábil ⁱ \$	Perda máxima \$	Variação %
Investimentos disponíveis para venda até 12 meses – VJORA	89.839	375	0,42	75.484	282	0,37
Mantidos até seu vencimento até 12 meses – Custo amortizado	33.108	8	0,02	66.750	6	0,01
Certificados a prazo fixo e depósitos a prazo	51.316	-	-	40.220	-	-
Total até 12 meses	174.263	383	0,22	182.454	288	0,16
Investimentos disponíveis para venda por mais de 12 meses – VJORA	231.222	3.336	1,44	67.376	751	1,11
Mantidos até seu vencimento superior a 12 meses – Custo amortizado	1.298	-	-	81.677	181	0,22
Total superior a 12 meses	232.520	3.336	1,43	149.053	932	0,63
Total	406.783	3.719	0,91	331.507	1.220	0,37

ⁱ O valor contábil corresponde ao valor justo, para os investimentos disponíveis para venda, e a custo amortizado, para investimentos mantidos até o vencimento. A totalidade dos investimentos designados como disponíveis para venda e a maior parte dos investimentos mantidos até seu vencimento são negociados no mercado, portanto, seu valor justo é determinado com base no mercado (Nível 1). Para os investimentos mantidos até o vencimento que não são negociados regularmente no mercado, há transações recentes que oferecem base razoável para estimar seu valor justo a fim de compará-lo com seu custo amortizado (Nível 2), não existindo títulos de investimento para os quais seja preciso aplicar modelos de avaliação (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, o custo amortizado de cada instrumento de investimento classificado na carteira de investimentos como mantidos até o vencimento era inferior ao valor justo ou valor de mercado correspondente.

6.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição de carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital, que relaciona o montante de empréstimos com o total do patrimônio, assegura cobertura razoável de exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

A maioria dos empréstimos outorgados pelo Banco tem garantia de risco soberano dos países membros. No início de 2020 e como resultado da criação de nova linha para o financiamento sem garantia soberana, começando com bancos de desenvolvimento públicos, nos âmbitos nacional ou subnacional, o Banco aprovou e desembolsou totalmente dois financiamentos sem garantia soberana, tal como é explicado nas Notas 2 e 8.4(i), respectivamente.

O Banco tem políticas e regulamentos de empréstimo que estabelecem as ações a serem tomadas com relação aos saldos vencidos e ao descumprimento em empréstimos. Estas políticas e regulamentos fazem parte integral das cláusulas contratuais incluídas em todos os contratos de empréstimo. O Banco usa, também, uma metodologia para determinar a adequação de sua provisão para desvalorização potencial em empréstimos a receber e utiliza diferentes fatores com relação à sua carteira de empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana, como é explicado na Nota 4.8.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir adequada diversificação e combinação de fontes com seus diversos prazos de vencimento. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, a nota de classificação de risco média da carteira de investimentos da Instituição continuava sendo AA-, alinhada com os requisitos da política de investimentos. Constata-se, ainda, o cumprimento dos limites estabelecidos na política, mantendo a carteira com rendimento médio superior aos pressupostos que serviram de base para a determinação da receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, realizada como parte do processo anual de programação financeira e orçamento, que é parte integral da política de gestão das receitas e dos encargos financeiros.

6.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da instituição de cumprir suas obrigações sem incorrer em perdas inaceitáveis. A instituição mantém o nível de liquidez mínimo requerido, estabelecido em sua política de liquidez como o necessário para cobrir todas as obrigações, pagamentos e desembolsos por período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, o Banco não tinha assumido compromissos ou obrigações que pudessem gerar exposição a risco de liquidez nos prazos curto ou médio. O quadro a seguir mostra os ativos líquidos e os passivos até 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

	31 de dezembro	
	2020	2019
	\$	\$
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	32.037	37.413
Investimentos – Notas 8.2 e 8.3	406.783	331.507
Liquidez bruta	<u>438.820</u>	<u>368.920</u>
Passivo financeiro		
Derivativos para proteção do fluxo de caixa – Nota 8.5 (ii)	5	1
Dívidas – Nota 8.5	568.324	264.708
Outros passivos ¹ – Nota 9.3	1.982	2.590
Fundos especiais – Nota 8.6	15.066	12.230
Total do passivo	<u>585.377</u>	<u>279.529</u>

A cobertura de ativos líquidos em relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a realizar é equivalente a 0,98 em 31 de dezembro de 2020 (2019 – 1,8 anos).

NOTA 7 – GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

7.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de que por ação ou omissão ocorra falha nos processos internos ou sistemas, que possa gerar perdas econômicas e financeiras. O Banco mantém organizados, atualizados e em funcionamento os procedimentos, as políticas e as práticas de gestão de operações, de forma a prevenir os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações e preparar a instituição para enfrentá-los. O Banco conta com governança e sistema de controle interno eficaz, bem como com normas de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais e jurídicos aplicáveis, de acordo com suas políticas e aquelas em vigor em seus países membros.

7.1.1 Mudança esperada na taxa de juros LIBOR de 6 meses à taxa de juros SOFR

Conforme explicado na Nota 6.2, a taxa de juros de referência usada pelo Banco é a taxa USD LIBOR de 6 meses, mais *spread*. A taxa LIBOR de 6 meses é apurada e publicada diariamente pela *ICE Benchmark Administration* (IBA), organização regulada pela *Financial Conduct Authority* (FCA), do Reino Unido. A IBA anunciou que, depois de consultas e da autorização da FCA, a partir de 1 de janeiro de 2021, irá descontinuar a publicação da LIBOR para 7 e 60 dias, respectivamente. Anunciou, ainda, que o resto dos prazos da LIBOR, incluindo a taxa USD LIBOR de 6 meses usada pelo Banco, será descontinuado a partir de 1 de julho de 2023, em consulta e com a autorização do FCA. Esta mudança acarreta implicações para todas as transações que usam a taxa USD LIBOR de 6 meses como componente variável. No caso do Banco, para todas as operações de empréstimo e dívidas contratadas com outros BDM e agências e para a parte variável das operações de *swap* de taxa de juros.

O *Alternative Reference Rates Committee* (ARRC) é a organização encarregada de encontrar uma taxa de juros alternativa para substituir a taxa USD LIBOR. Em 2017, o ARRC, identificou a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) como a taxa para substituir a USD LIBOR. O *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque é o administrador da SOFR e produz e publica a taxa de juros diariamente. O ARRC emitiu recomendações sobre o uso da linguagem de *fallback*, do *spread* USD LIBOR/SOFR e outras.

O Banco adotou a linguagem de *fallback* em todos os contratos de empréstimo aprovados a partir da segunda metade de 2020. A revisão dos sistemas de informação eletrônica e dos procedimentos do Banco mostrou que as mudanças necessárias para adaptar o processo de administração de empréstimos e dívidas à SOFR são mínimas. Em 2021, o Banco colocará o foco na introdução da linguagem de *fallback* nos 75 contratos de empréstimo em vigor emitidos antes de 1 de julho de 2020 e de adesão aos protocolos ISDA com relação à transição da LIBOR. Outras considerações, tais como se o *fallback* será com base na SOFR *overnight* ou a termo, serão abordadas no último trimestre de 2021, segundo o cronograma estabelecido pelo ARRC.

O Banco continuará a acompanhar de perto as orientações emitidas a respeito da substituição da LIBOR pela SOFR de forma a garantir a apropriada mitigação do risco operacional próprio desta mudança.

7.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico - É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da entidade, da tomada equivocada de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento onde atua. O Banco tem Plano Estratégico Institucional (PEI), aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para possibilitar sua mensuração no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui resumo do que foi atingido no exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do Banco resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para

atingi-los, baseados na matriz de resultados estabelecida no PEI. Desta forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo, de forma a avançar na consecução desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para a Instituição, em termos da consecução das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.

Risco de descumprimento - É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa a reputação da entidade. O Banco é pessoa jurídica internacional regida por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos. O Banco conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável por Compliance e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam, de outra forma, desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação - É o risco derivado de opinião pública negativa, que impacta a capacidade da organização de estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade em processo ou gerar perda financeira ou pôr em risco sua competitividade. Por meio da área de comunicações, a Instituição faz o monitoramento regular deste risco e, da área de operações, faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até hoje, não há indícios deste risco para o Banco.

NOTA 8 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do Banco, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pela instituição.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo a avaliação profissional utilizada e as incertezas que afetam as estimativas.

O Banco mantém os seguintes instrumentos financeiros ativos:

	<u>Nota</u>	<u>Ativos financeiros ao valor justo por meio de ORA</u> §	<u>Ativos financeiros a custo amortizado</u> §	<u>Total</u> §
31 de dezembro de 2020				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	-.-	32.037	32.037
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	321.061	-.-	321.061
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	-.-	87.543	87.543
Carteira de empréstimos ²	8.4	-.-	1.247.631	1.247.631
Total		<u>321.061</u>	<u>1.367.211</u>	<u>1.688.272</u>
31 de dezembro de 2019				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	-.-	37.413	37.413
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	142.860	-.-	142.860
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	-.-	189.305	189.305
Carteira de empréstimos ²	8.4	-.-	931.475	931.475
Total		<u>142.860</u>	<u>1.158.193</u>	<u>1.301.053</u>

¹Inclui juros e outras receitas de investimentos.

²Inclui juros e outras receitas de empréstimos.

O Banco mantém os seguintes passivos financeiros:

		<u>Passivo</u> <u>financeiro a custo</u> <u>amortizado</u>
	<u>Nota</u>	<u>₹</u>
<u>31 de dezembro de 2020</u>		
Derivativos para a proteção do fluxo de caixa	8.5	5
Dívidas	8.5	568.324
Outros passivos	9.3	1.982
Fundos especiais	8.6	15.066
Total		<u>585.377</u>
<u>31 de dezembro de 2019</u>		
Derivativos para proteção do fluxo de caixa	8.5	1
Dívidas	8.5	264.708
Outros passivos	9.3	2.590
Fundos especiais	8.6	12.230
Total		<u>279.529</u>

A exposição do Banco aos riscos ligados a instrumentos financeiros é apresentada na Nota 8.5 – (ii).

O nível máximo de exposição a risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, corresponde aos saldos acima registrados para cada um dos ativos financeiros mantidos.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

Saldos em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>₹</u>	<u>₹</u>
Saldos em bancos	32.037	19.424
Depósitos a prazo fixo	-,-	17.989
Total	<u>32.037</u>	<u>37.413</u>

(i) Classificação de equivalentes de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalentes de caixa, quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de sua aquisição. Da Nota 4.6 consta a política com relação a caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem à posse de títulos emitidos por organismos multilaterais de desenvolvimento, consistentes em:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
Títulos soberanos	173.514	90.842
Títulos de org. multilaterais de desenvolvimento	132.482	46.978
Setor financeiro	12.969	5.040
Títulos do Tesouro da República Argentina	2.096	-.-
Total	321.061	142.860

Na data da disposição dos investimentos, o saldo reconhecido nas “reservas de investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” faz parte da determinação dos resultados do exercício.

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco não mantém investimentos com coligadas, nem mantinha tais investimentos em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Classificação dos investimentos mensurados a valor de mercado por meio de outros resultados abrangentes

Os investimentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando os fluxos de caixa contratuais desses ativos provêm apenas do capital e dos juros e o objetivo do modelo de negócios do Banco sobre esses ativos é atingido por meio da cobrança dos fluxos de caixa contratuais e da venda desses ativos.

(iii) Desvalorização

Para mais detalhes a respeito das políticas aplicáveis à apuração da desvalorização e à exposição dos ativos financeiros a ela, Vide Nota 4.8.

(iv) Montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes

O Banco reconheceu perda líquida de US\$ 794 em sua demonstração dos resultados abrangentes no ano findo em 31 de dezembro de 2020 (2019 - US\$ 900 ganhos); US\$ 2.417 relativo a perdas por alterações no valor justo de investimentos mantidos para a venda (2019 - US\$ 412 ganhos); US\$ 1.651 de ganhos na valorização de derivativos das operações de *swap* cambial e de taxas de juros (2019 - US\$ 515 ganhos); e US\$ 28 de desvalorização decorrente da reavaliação técnica de propriedades reconhecida em 2018 por US\$ 812 (2019 - US\$ 27).

(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

A Nota 8.7 apresenta informações importantes sobre os métodos e pressupostos usados na determinação do valor justo.

Todos os investimentos ao valor justo são denominados em dólares americanos, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

8.3 Investimentos a custo amortizado

Os investimentos classificados nesta categoria são certificados de depósitos e investimentos em títulos e obrigações, compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
	₺	₺
<u>Investimentos em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito</u>		
(1)		
Soberanos	28.853	15.420
Organismos multilaterais de desenvolvimento	22.463	24.800
Subtotal	51.316	40.220
<u>Investimentos em outros valores</u> (2)		
Títulos soberanos	28.544	97.080
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	1.298	18.831
Títulos do setor financeiro	4.564	29.726
Títulos do tesouro da República Argentina (3)	-.-	2.790
Subtotal	34.406	148.427
Capital investido	85.772	188.647
Juros e comissões acumulados a receber	1.821	658
Total	87.543	189.305

- (1) Os investimentos são depósitos a prazo e certificados de depósito, com vencimento original superior a três meses.
- (2) Os investimentos incluem títulos soberanos, de organizações multilaterais de desenvolvimento e outras instituições financeiras cujos títulos comerciais se encaixam no perfil de risco estabelecido para os investimentos do Banco.
- (3) Corresponde a investimento em Títulos PAR e DISCOUNT do Tesouro da República Argentina, recebidos em troca do título BONTE – 04, como parte do programa de conversão da dívida, em 2005. Estes títulos foram trocados ao valor nominal em setembro de 2020 por títulos com vencimentos e taxas diferentes e classificados como investimentos disponíveis para a venda. Vide Nota 8.2-(ii).

(i) Classificação de investimentos a custo amortizado

A instituição classifica como investimentos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é atingido pela obtenção de fluxos de caixa estipulados em contrato, em datas específicas, correspondentes a amortização do capital e pagamento de juros.

Com base nos resultados da estimativa realizada pelo Banco, referente à PCE dos investimentos mantidos ao custo amortizado, a Instituição determinou que seu valor contábil em 31 de dezembro de 2020 é inferior ao valor justo estabelecido com base no preço de mercado, portanto, nenhuma provisão foi realizada (2019 – Nenhuma).

(ii) Desvalorização e exposição ao risco

A partir do anúncio oficial de 4 de agosto de 2020, por meio do decreto 676/2020, a República Argentina aprovou os termos aplicáveis ao programa de troca das diferentes séries de títulos em circulação. Em sua qualidade de detentor das séries de títulos “PAR” e “DISCOUNT”, recebidos em 2005 como parte da troca de dívida realizada naquela ocasião, o Banco participou desta nova proposta de reestruturação de dívida e trocou sua posse de títulos “PAR”, cujo valor nominal na data do acordo de troca era de US\$ 2.279, recebendo US\$ 2.279 em títulos da série USD 2041 L.A. Além disso, trocou sua posse de títulos série “DISCOUNT”, cujo valor nominal na data da troca era de US\$ 2.308, e o capitalizado, de US\$ 3.236, respectivamente, por US\$ 3.236 em valor nominal em títulos da série USD 2038 L.A. Como parte dessa troca e como incentivo para a aceitação antecipada dos termos

propostos pelo governo argentino, o Banco recebeu US\$ 218 em valor nominal de títulos da série USD 2029 L.A., em reconhecimento pelo pagamento do cupom não pago de juros acumulados nos títulos entregues em troca em 4 de setembro de 2020 (US\$ 37 correspondentes a juros acumulados no cupom da série “PAR” e US\$ 181, acumulados no cupom da série “DISCOUNT”).

O Banco registrou esta operação de troca, substituindo sua posse de títulos “PAR” e “DISCOUNT” pelas novas séries recebidas em títulos USD 2038 L.A. e USD 2041 L.A., a seu valor nominal, que é o mesmo valor das séries entregues em troca. Consequentemente, esta troca não gerou quaisquer ganhos ou perdas além da reclassificação e o reconhecimento inicial em ORA da reversão do montante da provisão para perdas esperadas em títulos que, na data na qual foram recebidos em custódia, 8 de setembro de 2020, era de US\$ 3.852, compostos por US\$ 2.960 reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 e US\$ 892 reconhecidos entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2020.

Os títulos recebidos em troca foram classificados como investimentos disponíveis para venda e, portanto, avaliados a VJORA, refletindo a intenção do Banco de vendê-los no momento apropriado.

8.4 Carteira de empréstimos

A composição da carteira de empréstimos a receber por país membro é a seguinte:

<u>País</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	\$	\$
Argentina	322.860	236.828
Bolívia	331.636	285.885
Brasil	106.045	74.583
Paraguai	179.773	146.028
Uruguai	239.181	193.134
<i>Carteira de empréstimos bruta CGS</i>	1.179.495	936.458
<i>Carteira de empréstimos bruta SGS</i>	72.000	-.-
Total carteira bruta	1.251.495	936.458
Menos: Taxa de administração a creditar	(4.723)	(3.832)
<i>Subtotal carteira de empréstimos</i>	1.246.772	932.626
Menos: Provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos CGS	(8.491)	(12.239)
Menos: Provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos SGS	(1.250)	-.-
<i>Carteira líquida de empréstimos</i>	1.237.031	920.387

Os juros acumulados a receber sobre empréstimos totalizam US\$ 10.600 e US\$ 11.088, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, todos os empréstimos se encontravam em nível 1 da mesma forma que em 2019. O saldo da provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos é o seguinte:

	\$
Provisão no início do exercício	4.103
Aumento na provisão para empréstimos CGS	8.136
Provisão em 31 de dezembro de 2019	12.239
Recuperação da provisão para empréstimos CGS	(3.748)
Provisão para empréstimos SGS	1.250
Provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos, 31 de dezembro de 2020	9.741

A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

<u>Prazo de vencimento</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	\$	\$
Até um ano de prazo	75.667	74.780
Um a dois anos	98.918	70.961
Dois a três anos	127.677	85.498
Três a quatro anos	147.428	90.864
Quatro a cinco anos	136.154	92.959
Mais de cinco anos	665.651	521.396
Total carteira de empréstimos bruta	<u>1.251.495</u>	<u>936.458</u>

(i) Classificação da carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos corresponde quase totalmente a empréstimos outorgados com garantia soberana do país membro e, em menor grau, a empréstimos outorgados sem garantia soberana do país membro.

Os empréstimos com garantia soberana são aqueles nos quais os países membros reconhecem a condição de credor preferencial do Banco.

Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e seus respectivos termos, não constituem instrumentos derivativos. As cobranças de amortizações do principal respondem a montantes estabelecidos e os empréstimos não são comercializados em mercado ativo de valores. Como é explicado na Nota 13, o montante de amortizações do principal a ser recebido nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício é classificado como corrente e o saldo restante, como não corrente. As Notas 4.7 e 4.8 (v) descrevem as políticas contábeis usadas em relação à contabilização da carteira de empréstimos e o reconhecimento de desvalorizações potenciais, respectivamente.

O PEI 2018-2022, entre seus objetivos, inclui atividades de financiamento de pré-investimento, investimento, cooperação técnica e geração de conhecimento nos setores público e privado. Com base nesta premissa, no segundo semestre de 2019, a Assembleia de Governadores aprovou uma alteração na “Política de Apropriação dos Recursos de Financiamento” com vistas a permitir o financiamento de sociedades de economia mista nos países membros nos âmbitos nacional e subnacional, sem garantia soberana (SGS). Baseada nesta alteração, em novembro de 2019, a Diretoria Executiva aprovou a criação de nova linha de financiamento para operações SGS.

Sob esta nova linha de financiamento SGS, o Banco está autorizado para outorgar empréstimos e garantias a sociedades de economia mista e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Para serem elegíveis para o financiamento, essas instituições devem cumprir as exigências de capacidade financeira e liquidez e contar com classificação de risco de crédito estabelecida pelo Banco.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco outorgou e desembolsou totalmente duas operações sob esta nova linha de financiamento SGS. Ambas as operações foram aprovadas por US\$ 36.000 cada uma e desembolsadas totalmente no momento da assinatura do contrato de empréstimo. Estas operações correspondem a linhas de crédito renováveis com vigência máxima de 8 anos, com carência de 2 anos e 5 anos de amortização. Da mesma forma que nos financiamentos outorgados com garantia soberana, estes empréstimos acumulam juros com base na taxa de referência Libor de 6 meses mais um *spread* estabelecido com base na classificação de risco de crédito no momento da aprovação do financiamento. Além disso, estes financiamentos geram comissão de compromisso sobre o saldo desembolsado em cada etapa aprovada dentro da linha de crédito mais uma taxa de administração com base na vigência de cada etapa.

Como parte do processo de solicitação do financiamento, o Banco cobra uma taxa de compensação, não reembolsável, para arcar com o processo de due diligence e a aprovação da linha.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil é próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber destes ativos são próximos ao valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

A provisão para possíveis perdas em empréstimos é mantida em nível considerado adequado pelo Banco, para absorver as perdas eventuais inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

Conforme assinalado na Nota 4.7, a acumulação de juros na carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros acumulados a receber em empréstimos declarados em moratória são registrados no momento da cobrança efetiva, até que esses empréstimos voltem a ser declarados novamente em estado de acumulação de renda. Esta condição exige que a totalidade do principal e dos juros ou comissões devidos pelo tomador de recursos seja quitada, bem como a certeza de que ele tenha superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O Banco não teve e não tem atualmente empréstimos em estado de moratória. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o Banco constitui uma provisão para refletir a potencial incobrabilidade de sua carteira de empréstimos.

Além disso, o Banco mantém políticas de exposição a riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações de mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o Banco usa determinados parâmetros de mensuração, tais como: os montantes de seu patrimônio líquido e o total de sua carteira de empréstimos a receber. O Banco faz revisão trimestral do estado de sua carteira de empréstimos para avaliar desvalorizações que possam afetar sua cobrabilidade total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição a risco de crédito, moeda e taxa de juros foram incluídas nas Notas 4.7 e 6.

8.5 Dívidas

As dívidas incluem empréstimos a receber contratados com outros organismos multilaterais de desenvolvimento (OMD); depósitos a prazo de bancos centrais dos países membros do Banco; títulos e instrumentos financeiros derivativos utilizados como proteção; e garantias recebidas ou pagas em conformidade com o Contrato Mestre ISDA, com direito a compensação e liquidação de saldos para compensar o risco de crédito no evento de descumprimento pela contraparte na operação de *swap* contratada. O valor líquido da operação de *swap* a receber e a pagar, junto com o valor da garantia recebida do JPM, é o saldo líquido a pagar de US\$ 5 e é incluído no passivo “Derivativos para a proteção de fluxos de caixa”, no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 (2019 – US\$ 1 passivo líquido).

O total de dívida em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Dívida	\$	\$
Empréstimos e certificados de depósito a custo amortizado	398.968	111.418
Títulos	170.222	154.194
Menos: despesas de emissão de dívida a amortizar	(866)	(904)
Total	<u>568.324</u>	<u>264.708</u>

(i) Empréstimos de OMD e outras instituições e certificados de depósitos a prazo de bancos centrais

O saldo pendente de endividamentos contratados pelo Banco para o financiamento de desembolsos em empréstimos aprovados a seus países membros é o seguinte:

	<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	\$	\$
Corporação Andina de Fomento – Vide nota (1) abaixo	69.333	10.667
Depósitos a prazo de Bancos Centrais – Vide nota (2) abaixo	210.000	30.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento – Vide nota (3) abaixo	88.098	60.215
Agência Francesa de Desenvolvimento – Vide nota (4) abaixo	20.000	5.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO) – Vide nota (6) abaixo	5.536	5.536
Banco Europeu de Investimento (BEI)	6.000	-.-
Total	<u>398.967</u>	<u>111.418</u>

Em março de 2018, a Diretoria Executiva do Banco atualizou suas políticas financeiras por meio da RDE 1409. Dentre as alterações realizadas, foram modificadas a metodologia para determinar a capacidade de empréstimo, aplicando múltiplo de três ao patrimônio, e a metodologia para determinar o limite máximo de endividamento, estabelecendo-o como o montante equivalente à soma dos ativos líquidos mais duas vezes o montante do patrimônio.

O Banco desenhou sua estratégia de dívida e de programação financeira, de forma a diversificar as fontes de financiamento e obter um custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

- (1) No âmbito do Convênio Quadro vigente com a Corporação Andina de Fomento (CAF), assinado em 14 de novembro de 2016, foi implementada linha de crédito não comprometida no valor máximo de US\$ 75.000. Com data 19 de dezembro de 2016, o Banco recebeu US\$16.000, alocando esses recursos ao financiamento de desembolsos de empréstimos. Os termos acordados para este financiamento estão baseados na taxa Libor de 6 meses e *spread*. O prazo de vencimento do empréstimo é 5 anos, com carência de dois anos. O capital é pagável em 6 parcelas semestrais iguais e consecutivas de amortização, que incluem os juros respectivos, começando em 19 de junho de 2019 e concluindo em 16 de dezembro de 2021. Durante o exercício, o Banco amortizou US\$ 5.333 deste primeiro trecho de desembolso. Em 12 de junho de 2020, o Banco realizou desembolso contra a linha de crédito não usada no total de US\$ 64.000. Os termos aplicáveis para este novo desembolso preveem pagamento único depois de dois anos com pagamentos semestrais de juros com base na Libor de 6 meses mais *spread*.
- (2) O Banco acordou com os Bancos Centrais de seus países membros a possibilidade de aceitar fundos denominados em dólares americanos a médio prazo. A tabela a seguir mostra a data de captação de fundos, seu vencimento e a taxa de juros aplicável.

<u>Banco Central</u>	<u>Montante</u>	<u>Data de captação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Tipo de taxa de juros</u>
Bolívia	30.000	15/5/2018	14/5/2021	Libor 6 meses mais <i>spread</i>
Bolívia	50.000	6/5/2020	8/11/2021	Libor 6 meses mais <i>spread</i>
Uruguai	50.000	5/5/2020	5/11/2021	Fixa ¹
Uruguai	80.000	5/5/2020	5/5/2023	Fixa ¹
Total	<u>210.000</u>			

¹ De acordo com suas políticas prudenciais de risco, o Banco mudou as obrigações assumidas à taxa fixa por obrigações com base na taxa Libor de 6 meses. Esta operação de derivativos foi realizada no âmbito do Contrato Mestre ISDA assinado com JPM em março de 2018 (vide Notas 2 e 8.5-(ii), para mais detalhes).

- (3) Em 1 de dezembro de 2017, o Banco assinou acordo de financiamento de US\$ 100.000 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O empréstimo está baseado na taxa Libor de 3 meses e prevê prazo de desembolso de 5 anos, período de carência de 5 ½ anos e período de amortização de 25 anos. Ao amparo deste acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto o financiamento retroativo de até US\$ 20.000, com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 15 de junho e 15 de novembro de 2017. Além disso, e para otimizar a gestão de recursos sob esta linha, ambas as partes acordaram que o Banco realizaria os desembolsos a serem requeridos nos empréstimos elegíveis e o BID reembolsaria o Banco no montante desembolsado sob a modalidade de reconhecimento de despesas. Com isto, os fundos tomados pelo Banco sob essa linha de crédito são de disponibilidade livre para o Banco. Em 2 de novembro de 2020, o Banco recebeu US\$ 27.883, (2019 - US\$ 32.305, em dois reembolsos de US\$ 25.648 e US\$ 6.567, respectivamente) a título de reembolso de despesas efetuadas em projetos elegíveis, aumentando assim o montante devido para US\$ 88.098 em 31 de dezembro de 2020 (2019 - US\$ 60.215).

O próximo quadro apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o BID, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

31 de dezembro de 2020				A ser financiado pelo FONPLATA
Empréstimo	BID			
	<u>Montante elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>Não desembolsado</u>	
ARG-26/2016 Modernização	750	750	.-	6.750
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	10.000	2.000	8.000	10.000
ARG-31/2016 BICE 1ª Etapa	14.328	14.328	.-	5.672
ARG-31/2016 BICE 2ª Etapa	13.881	13.881	.-	6.119
ARG-35/2017 Infraestr. para a integração	11.500	496	11.004	10.700
ARG-32/2016 Aristóbulo del Valle	20.000	20.000	.-	45.000
ARG-39/2018 Rodovia 13 Chaco	20.000	3.721	16.279	17.214
BRA-16/2014 Corumbá	10.000	10.000	.-	30.000
PAR-20/2015 Integração	23.250	22.922	328	46.750
PAR-20/2015 Integração 2ª etapa	.-	.-	.-	70.000
PAR-25/2018 Rotas Jesuíticas	12.000	.-	12.000	.-
Projetos pendentes de identificação	(35.709)	.-	(35.709)	35.709
Total	100.000	88.098	11.902	283.914

Além disso, e ao amparo do acordo de financiamento N.º 4377/OC-RG, o Banco e o BID assinaram a ATN/OC-16469-RG para a Integração Regional da Bacia do Prata: Integração de Corredores Regionais, que prevê a concessão ao Banco de até US\$ 500 em recursos de cooperação técnica. Adicionalmente, e no âmbito dos termos da ATN/OC-16469-RG, o BID aprovou a ATN/OC-1728-RG, descentralizando os recursos reservados para o subcomponente 1.2 no total de US\$ 100. Desse montante, o Banco solicitou desembolsos no total de US\$ 70. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco tinha desembolsado US\$ 64,05 desses recursos em sete parcelas por consultoria de serviços profissionais e desenvolvimento de aplicativos eletrônicos para melhora na administração de operações do Banco. As tarefas realizadas lançaram as bases para um sistema de gestão da documentação. O restante não utilizado, de US\$ 5,94, foi reembolsado ao BID em 28 de janeiro de 2021.

- (4) Em 13 de dezembro de 2017, assinou-se contrato de dívida com a Agência Francesa de Desenvolvimento por \$ 20.000 amortizáveis em 15 anos à taxa Libor de 6 meses mais *spread*. Em 20 de outubro de 2018, o Banco pegou US\$ 5.000 desta linha para serem desembolsados no empréstimo BOL-28/2016 “Colhendo”, que tinha sido aprovado no valor total de US\$ 10.000. O Banco recebeu o restante não desembolsado sob esta linha de crédito, de US\$ 15.000, em 11 de setembro de 2020.
- (5) Além disso, em 6 de julho de 2018, o Banco assinou linha de financiamento de US\$ 60.000 com o Banco Europeu de Investimentos (BEI). O primeiro desembolso sob esta linha de crédito foi recebido em 17 de agosto de 2020, no total de US\$ 6.000.
- (6) Em 17 de dezembro de 2018, o Banco acordou linha de crédito com o Instituto de Crédito Oficial E.P.E. – (ICO), no total de US\$ 15.000, com vigência até 17 de dezembro de 2020. Não foram recebidos fundos adicionais sob esta linha em 2020 (2019 - US\$ 5.536).

O próximo quadro apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o ICO, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimo	31 de dezembro de 2020		
	ICO		
	<u>Montante elegível</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>Não desembolsado</u>
BOL-25 Alcantari	1.674	1.674	-.-
URU-14 Líquidos residuais	3.629	2.129	1.500
ARG-38/2018 Ferroviário	1.733	1.733	-.-
Projetos a serem identificados	7.964	-.-	7.964
Total	15.000	5.536	9.464

(ii) Títulos e instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção de fluxos de caixa

Conforme assinalado nas Notas 2 e 4.10, em 11 de março de 2019, o Banco realizou sua primeira emissão de títulos, um título com prazo de 5 anos, denominado em francos suíços, com vencimento em 11 de setembro de 2024, no total de CHF 150.000, com cupom anual fixo de 0,578%.

Em 11 de março de 2019, o Banco assinou Contrato Mestre ISDA com o JPM, que lhe outorga o direito de compensação e liquidação de saldos. Em 13 de março de 2019, este acordo entrou em vigor e, com isto, também a operação de *swap* contratada.

Em virtude desta transação, o JPM compromete-se a pagar ao Banco CHF 150.000 em 5 anos, com taxa de juros fixa anual de 0,578%, mais um ponto base para cobrir a comissão do agente pagador do serviço da dívida aos portadores dos títulos. Por sua vez, o Banco comprometeu-se a pagar ao JPM US\$ 148.809, no prazo de 5 anos, com taxa de juros variável, baseada na taxa Libor de 6 meses mais *spread* fixo. O *swap* a receber pelo Banco em francos suíços e o valor a pagar ao JPM têm o mesmo vencimento que o título denominado em francos suíços.

Além disso, em 5 de maio de 2020, o Banco contratou duas operações de *swap* com JPM, para trocar a taxa fixa pelo serviço semestral a ser pago ao Banco Central do Uruguai pelos dois certificados de depósito a prazo captados e instrumentados por meio de notas promissórias no total de US\$ 130.000, à taxa variável com base na Libor de 6 meses (vide Notas 2 e 8.5-(i)(2)).

O Contrato Mestre ISDA prevê a compensação entre as partes, no caso de desvalorização do valor justo da operação de *swap*, por meio da constituição de garantia como compensação do risco de crédito. O mecanismo aplicável determina o montante da garantia com base nas diferenças diárias do valor justo de ambas as partes da operação de *swap*, a partir das variações da taxa de juros e da taxa de câmbio. A garantia a integralizar pela parte que estiver em déficit pode consistir em numerário ou letras do Tesouro dos Estados Unidos e é constituída toda vez que esse déficit ultrapassar US\$ 500. O montante da garantia é determinado pelo JPM com base em seu próprio modelo de avaliação. O Banco usa seu próprio modelo de avaliação para monitorar a equidade e a razoabilidade das avaliações realizadas pelo JPM.

Caso a garantia seja integralizada em dinheiro, a parte que a receber estará obrigada a pagar à contraparte juros com base na taxa de juros interbancária publicada pelo Federal Reserve Bank dos Estados Unidos.

Os juros recebidos pelo Banco, devido ao montante de garantia mantido pelo JPM, são reconhecidos como parte das receitas de investimentos. Os juros pagos pelo Banco ao JPM como compensação da garantia recebida fazem parte do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco mantém US\$ 23.584 a título de garantia em dinheiro recebida do JPM, como compensação do risco de crédito diante de eventual descumprimento de suas obrigações (2019 - US\$ 5.900).

No exercício 2020, o Banco não teve necessidade de constituir qualquer garantia com relação aos derivativos contratados com JPM. O total de juros pagos a JPM, com base na taxa de referência da Reserva Federal dos EUA, para operações *overnight* durante 2020, foi de US\$ 30 (2019 - US\$ 2 recebidos de JPM e US\$ 49 pagos a JPM).

Com base na natureza desta transação, o Banco considera que as operações de *swap* de taxa e de *swap* cambial e de taxa de juros realizadas são eficazes para neutralizar tanto os riscos de diferenças cambiais quanto de variações na taxa de juros. Consequentemente, o Banco designou esses derivativos como operações de proteção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com a IFRS 9.

Os ativos e passivos financeiros são expostos líquidos no balanço patrimonial, junto com a garantia paga ou recebida com base no direito decorrente do Contrato Mestre ISDA, que prevê o direito de compensação e liquidação de saldos, ou quando há intenção de quitar com base na posição líquida ou realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos como se tivesse sido executada a opção de compensação (operação de *swap* e garantia) com base no direito de compensação e liquidação emergente do Contrato Mestre ISDA, que não foi executada até 31 de dezembro de 2020 nem de 2019, respectivamente. A coluna “montante líquido” mostra o impacto no balanço patrimonial para o Banco, caso o direito à compensação e liquidação não seja executado.

	<u>Montantes brutos \$</u>	<u>Montantes brutos compensados no balanço patrimonial \$</u>	<u>Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial \$</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa por receber VJORA	179.475	(179.475)	-.-
Swaps de taxa de juros por receber VJORA	132.360	(132.360)	-.-
Derivativos a receber	<u>311.835</u>	<u>(311.835)</u>	<u>-.-</u>

	<u>Montantes brutos \$</u>	<u>Montantes brutos compensados no balanço patrimonial \$</u>	<u>Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial \$</u>
Passivos financeiros:			
<i>Swaps</i> cambiais e de taxa a pagar a VJORA	(156.261)	179.475	23.214
<i>Swaps</i> de taxa a pagar a VJORA	(131.995)	132.360	365
Garantia	(23.584)	-.-	(23.584)
Derivativos a pagar	<u>(311.840)</u>	<u>311.835</u>	<u>(5)</u>
Exposição líquida de derivativos	<u>(5)</u>	<u>-.-</u>	<u>(5)</u>

Em 31 de dezembro de 2019

Ativos financeiros:			
Operação de <i>swap</i> a receber a VJORA	<u>165.312</u>	<u>(165.312)</u>	<u>-.-</u>
Derivativos a receber	<u>165.312</u>	<u>(165.312)</u>	<u>-.-</u>
Passivos financeiros:			
Operação de <i>swap</i> a pagar a VJORA	(159.413)	165.312	5.899
Garantia	(5.900)	-.-	(5.900)
Derivativos a pagar	<u>(165.313)</u>	<u>165.312</u>	<u>(1)</u>
Exposição líquida de derivativos	<u>(1)</u>	<u>-.-</u>	<u>(1)</u>

Todos os derivativos são mensurados ao valor justo usando técnicas de avaliação, com base no uso de informações do mercado confiáveis e observáveis na medida do possível, portanto são classificados no nível 2 (vide Nota 8.7).

A dívida a pagar classificada de acordo com sua data contratual de vencimento é a seguinte:

<u>Vencimentos</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até um ano	135.333	5.333
De um a dois anos	66.016	35.333
De dois a três anos	87.330	1.335
De três a quatro anos	177.553	4.573
De quatro a cinco anos	7.760	158.787
Mais de cinco anos	95.198	60.272
Total	<u>569.190</u>	<u>265.633</u>

(iii) Valor justo das dívidas

Os depósitos a prazo obtidos de bancos centrais e os empréstimos contratados com OMD e outras instituições são mantidos a custo amortizado. Estima-se que o valor contábil se aproxima de seu valor justo toda vez que os fluxos de caixa a serem usados para quitar os saldos pendentes são muito semelhantes ao valor contábil da dívida.

Os títulos a pagar e a operação de *swap* cambial e de taxa de juros designada como operação de proteção são mensurados ao valor justo, sendo a parte eficaz da operação de cobertura registrada como parte da reserva de operações de proteção em outros resultados abrangentes e a parte ineficaz da operação de cobertura, como parte do serviço da dívida na demonstração do resultado do exercício.

(iv) Exposição ao risco

As Notas 6 e 7, respectivamente, oferecem informações referentes ao risco de exposição associado às dívidas contraídas.

8.6 Fundos especiais

O saldo que o Banco mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, inclui os seguintes itens:

<u>Fundos especiais</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	\$	\$
FECTO	8.838	6.616
PCT	3.242	3.513
PAC	2.986	2.101
Total	<u>15.066</u>	<u>12.230</u>

A Assembleia de Governadores do Banco pode criar fundos especiais para fins específicos, que são considerados entidades jurídicas separadas e independentes da instituição e cujo controle é exercido diretamente pelos países membros, por meio da Assembleia de Governadores. Portanto, os saldos desses fundos não são consolidados pelo Banco.

Os fundos especiais são financiados por meio da distribuição de parte dos resultados acumulados não alocados ou ganhos retidos mantidos na reserva de capital. No ano de 2014, a Assembleia de Governadores criou e financiou os seguintes fundos especiais:

- Fundo especial de compensação da taxa de operações (FECTO)*, antes denominado FOCOM): O objetivo deste fundo é contribuir para reduzir o custo financeiro derivado dos empréstimos contraídos pelos cinco países membros, incluindo operações que possam ser elegíveis sob a “Linha Verde” ou projetos com impacto ambiental e projetos sob a “Linha de Reativação Econômica”. Para esses efeitos, o FECTO assume o pagamento de uma parte dos juros que, de outra forma, deveriam ser pagos semestralmente pelos tomadores de recursos destes três países membros. O pagamento do benefício outorgado por este fundo é contingente e determinado de forma anual por conta e ordem dos tomadores de recursos. A partir de sua criação em maio de 2014 e até 31 de dezembro de 2018, a Assembleia de Governadores alocou a este fundo o montante acumulado de US\$ 6.510, dos resultados acumulados não alocados no encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2017. Em 9 de agosto de 2019 e 3 de agosto de 2020, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação dos resultados acumulados não alocados em 31 de dezembro de 2018 e de 2019, de US\$ 1.500 e US\$ 3.500, respectivamente, para este fundo.
- Programa de Cooperação Técnica (PCT)*: Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do “Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional” (FONDEPRO) para o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional – foco estratégico do Banco – por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Em 31 de dezembro de 2018, a Assembleia de Governadores havia aprovado US\$ 1.000 de contribuição para este

fundo. Em 9 de agosto de 2019 e em 3 de agosto de 2020, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação dos resultados acumulados não alocados de US\$ 500 e US\$ 1.500, respectivamente, para este fundo.

- c. *Fundo de Pensão (PAC)*: Conforme explicado na nota 4.13, “Outros benefícios a funcionários”, em 14 de agosto de 2018, a Diretoria Executiva aprovou o Fundo de Pensão (PAC). O PAC foi efetivado em 1 de novembro de 2018, com vigência nos primeiros oito anos do vínculo empregatício do funcionário. O PAC mantém o benefício a título de indenização por conclusão do tempo de serviço, que é melhorado pelo Banco por meio de contribuição de 100% do montante da taxa contribuição dos funcionários participantes para a poupança voluntária.

A poupança voluntária é opcional e os funcionários que resolverem não participar receberão apenas o benefício de indenização. Há um percentual máximo e um mínimo de poupança voluntária, equivalente a um mês de salário por ano de serviço (8,33%) e meio mês de salário por ano de serviço (4,17%), respectivamente.

A escolha do percentual de poupança voluntária é feita anualmente, antes do início de cada gestão. A vigência do PAC é de oito anos, contados a partir da contratação do funcionário. Além disso, e como incentivo para reter o quadro de pessoal, o PAC prevê um período de elegibilidade de quatro anos. Quando ocorre o encerramento da relação de trabalho, os participantes têm direito de resgatar do PAC a totalidade do benefício acumulado a título de indenização, as contribuições realizadas a título de poupança voluntária, incluindo os rendimentos acumulados, e as contribuições do Banco para a poupança voluntária, incluindo, também, os rendimentos acumulados.

Ao longo do período de elegibilidade, o Banco aplica um percentual de retenção, reduzindo o montante disponível para resgate para os participantes com tempo de serviço inferior a quatro anos. Este percentual de retenção é aplicado apenas ao montante correspondente às contribuições feitas pelo Banco com base na poupança voluntária realizada pelos participantes e nos decorrentes rendimentos acumulados. O percentual de retenção aplicável é: 75% no primeiro ano de serviço, 50% no segundo, 25% no terceiro e 0% ao final do quarto ano de serviço, momento no qual o participante passa a ser elegível para resgatar a totalidade dos fundos acumulados em sua conta do PAC na hora do encerramento do vínculo empregatício.

O quadro a seguir apresenta detalhe dos fundos acumulados e do total de fundos disponíveis no PAC em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

	<u>Contribuições para benefício de indenização</u>	<u>Contribuição p/ poupança voluntária de funcionários</u>	<u>Contribuição s FONPLATA s/ poupança voluntária</u>	<u>Total acumulado</u>	<u>Total disponível p/ pagamento de benefícios</u>	<u>Montante diferido</u>
	₺	₺	₺	₺	₺	₺
31 de dezembro de 2020						
Saldos em 31 de dezembro de 2019:	1.393	404	304	2.101	2.035	66
Contrib. p/ benefício no encerramento	423	-.-	-.-	423	423	-.-
Poupança voluntária dos participantes	-.-	322	322	644	620	24
Poupança voluntária adicional dos participantes	-.-	161	-.-	161	161	-.-
Receita acumulada s/ investimentos	-.-	8	6	14	14	-.-
Resgates	(218)	(92)	(47)	(357)	(357)	-.-
Saldo devido ao PAC	1.598	803	585	2.986	2.896	90

	<u>Contribuições para benefício de indenização</u>	<u>Contribuição p/ poupança voluntária de funcionários</u>	<u>Contribuição s FONPLATA s/ poupança voluntária</u>	<u>Total acumulado</u>	<u>Total disponível p/ pagamento de benefícios</u>	<u>Montante diferido</u>
	₹	₹	₹	₹	₹	₹
31 de dezembro de 2019						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.066	51	36	1.153	1.143	10
Contrib. p/ benefício no encerramento	413	-.-	-.-	413	413	-.-
Poupança voluntária dos participantes	-.-	283	283	566	511	55
Poupança vol. adic. dos participantes	-.-	101	-.-	101	101	-.-
Contribuições sobre poupança voluntária	-.-	6	4	10	9	1
Resgates	(86)	(37)	(19)	(142)	(142)	-.-
Saldo devido ao PAC	1.393	404	304	2.101	2.035	66

Os ativos e passivos dos fundos especiais são administrados pelo Banco independentemente da gestão de seus ativos e passivos, aplicando as mesmas políticas, procedimentos e estrutura de controle interno usada na administração dos ativos e passivos ligados ao objetivo da instituição. As receitas acumuladas, atribuíveis a cada um destes fundos, são apuradas com base na proporção de ativos de cada fundo que possam ser investidos com o montante da carteira de investimentos gerida pelo Banco, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício. O investimento dos ativos líquidos dos fundos especiais geridos pelo Banco e as receitas geradas por esses investimentos são contabilizados por meio de contas mantidas para cada fundo especial.

8.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota inclui informações sobre as avaliações e estimativas usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras.

A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos de investimento é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	<u>Nota</u>	<u>Nível 1</u> ₹	<u>Nível 2</u> ₹	<u>Nível 3</u> ₹
31 de dezembro de 2020				
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	321.061	-.-	-.-
31 de dezembro de 2019				
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	142.860	-.-	-.-

Ao longo da gestão não foram mantidos instrumentos financeiros que deveriam ser mensurados ao valor justo de forma recorrente, para os quais o Banco tenha tido que usar as metodologias de avaliação estabelecidas nos níveis 2 e 3. No caso de alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do Banco reconhecer o impacto dessas alterações.

- **Nível 1:** O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como investimentos a valor de mercado) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final da gestão. O preço de cotação usado para os ativos financeiros mantidos pela instituição é o preço de mercado. Estes instrumentos são incluídos no nível 1.
- **Nível 2:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na

medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. A Instituição não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

- **Nível 3:** Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou de relevo para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. A Instituição não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

NOTA 9 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros da Instituição, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis aplicadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo as avaliações profissionais utilizadas e as incertezas das estimativas aplicadas.

9.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamentos inclui os seguintes itens:

	<u>Propriedades</u>	<u>Móveis e equipamentos</u>	<u>Obras de Arte</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
	<u>₹</u>	<u>₹</u>	<u>₹</u>	<u>₹</u>	<u>₹</u>
Valor de origem					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.827	1.661	50	48	6.586
Adições	-.-	235	37	-.-	272
Reclassificação de ativos em trânsito	-.-	(36)	-.-	-.-	(36)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.827	1.860	87	48	6.822
Adições 2020	29	569	-.-	-.-	598
Valor de origem em 31 de dezembro de 2020	4.856	2.429	87	49	7.420
Depreciação acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	181	579	-.-	35	795
Depreciação	166	171	-.-	5	342
Saldo em 31 de dezembro de 2019	347	750	-.-	40	1.137
Depreciação do exercício 2020	166	178	-.-	5	349
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2020	513	928	-.-	45	1.486
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2020	4.343	1.501	87	3	5.934
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2019	4.480	1.146	87	8	5.721

O valor líquido resultante de escritórios, estacionamentos e espaços para armazenamento que fazem parte da sede central do Banco incluem o montante de uma reavaliação técnica reconhecida em 31 de dezembro de 2018, de US\$ 812. Esta reavaliação teve como resultado o reconhecimento de reserva de reavaliação técnica incluída em outros resultados abrangentes. O montante desta reserva é reduzido por meio da depreciação e poderia ser ajustado com base em reavaliações técnicas posteriores.

(ii) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

A propriedades são reconhecidas a seu valor justo com base em avaliações periódicas realizadas por perito independente, com exceção da depreciação desses ativos. Os outros ativos incluídos neste item são reconhecidos a seu valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

Item	Vida útil
Propriedades:	
Terrenos	Não são amortizados
Edifícios	40 anos ou o valor que venha a surgir da reavaliação técnica, aquele que for inferior
Equipamentos e móveis:	
Melhorias em imóveis arrendados	Termo do contrato
Móveis e equipamentos	8 a 10 anos
Equipamentos de computação e aplicativos	4 a 7 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizados

Na Nota 4.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas às propriedades e equipamento.

(iii) Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas, se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo

Se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico, os saldos teriam sido os seguintes:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	\$	\$
Custo histórico	4.043	4.014
Depreciação acumulada	(457)	(319)
Total	<u>3.586</u>	<u>3.695</u>

9.2 – Diversos

Este item inclui saldos menores a receber como resultado de empréstimos ao pessoal e adiantamentos de despesas a serem informadas; adiantamentos a provedores; despesas pagas antecipadamente e depósito de caução de aluguel do escritório de ligação em Assunção, Paraguai.

Em 20 de novembro de 2020, o Banco assinou contrato de arrendamento de 3 anos para contar com espaço suficiente para o desenvolvimento normal de suas atividades em Montevidéu, República Oriental do Uruguai. O contrato de arrendamento prevê pagamentos mensais de arrendamento de US\$ 2,5 a partir de 1 de fevereiro de 2021 até 1 de janeiro de 2024, data de vencimento do contrato. O Banco não tem direito de adquirir as unidades alugadas no final do contrato. Os pagamentos mínimos mensais estão sujeitos a ajuste anual de 4%. Além disso, nos termos do arrendamento, o Banco acordou pagar ao proprietário o montante de US\$ 26 a título

de readequação das unidades. Conforme exigido pela IFRS 16, este contrato foi reconhecido como arrendamento financeiro, resultando no reconhecimento de montante de US\$ 114 em outros ativos e passivos, respectivamente. Este montante é composto por US\$ 88 correspondentes ao valor presente dos pagamentos mínimos mensais de aluguel descontados com base na taxa de 4% usada pelo proprietário para o ajuste anual, que representa razoavelmente o custo de captação de fundos do proprietário; e US\$ 26, a serem pagos ao proprietário para arcar com os custos de readequação para adaptar as unidades às necessidades do Banco.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o total de diversos a receber é de US\$ 762 e US\$ 893, respectivamente.

9.3 – Outros passivos

Este item inclui juros e comissões acumulados a pagar por dívidas assumidas, bem como saldos menores a pagar a provedores e reembolsos ao pessoal. Ainda, e conforme assinalado na Nota 9.2, inclui o reconhecimento da parte não amortizada do passivo contraído pelo contrato de arrendamento com relação ao escritório de ligação em Montevidéu, República Oriental do Uruguai. A composição de outros passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
Juros e comissões acumulados por dívidas	1.633	2.342
Contas a pagar e acréscimos	235	248
Parte não amortizada de arrendamentos financeiros	114	-.-
Total	1.982	2.590

NOTA 10 – PATRIMÔNIO

10.1. Capital

Em 28 de janeiro de 2016, a 14 Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de US\$ 1.375.000, passando o capital de US\$ 1.639.200 para US\$ 3.014.200. Em 31 de dezembro de 2018, os países membros subscreveram a totalidade de seus compromissos de capital exigível.

O novo aumento de capital efetivou-se em 2017 com o processo de subscrição pelos países membros de suas cotas de capital a ser pago em dinheiro, totalizando US\$ 550.000 e do compromisso da totalidade do capital exigível, totalizando US\$ 825.000. O capital a ser pago em dinheiro será integralizado em oito parcelas entre 2018 e 2024. No caso do Brasil, o prazo de integralização vence em 2026. No final do processo de integralização do capital a ser pago em dinheiro, este capital totalizará US\$ 1.349.200. O capital exigível, que é de US\$ 1.665.000, foi totalmente subscrito e autorizado pelos países membros em 31 de dezembro de 2017. O pagamento do capital exigível subscrito ocorrerá quando for requerido, depois da aprovação pelos Governadores, quando necessário para cumprir com as obrigações financeiras do Banco, se o Fundo não tiver condições de satisfazê-las com recursos próprios.

Eis a composição do capital do Banco por país membro em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente:

31 de dezembro de 2020 e 2019:

País membro	Capital subscrito		Capital autorizado		Total	% Caixa
	Caixa	Exigível	Caixa	Exigível		
	\$	\$	\$	\$		\$
• Argentina	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,30%
• Bolívia	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,10%
• Brasil	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,30%
• Paraguai	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,10%
• Uruguai	149.904	184.990	149.904	184.990	334.894	11,10%
	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>3.014.200</u>	<u>100,00%</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco recebeu contribuições de capital a ser integralizado em dinheiro das parcelas acordadas com seus países membros no total de US\$ 51.333 (2019 - US\$ 48.016).

O montante de capital a ser pago em dinheiro, subscrito e ainda não subscrito, incluindo o novo aumento de capital, bem como o capital exigível subscrito, autorizado e ainda não autorizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, é o seguinte:

31 de dezembro de 2020:

País membro	Capital subscrito em dinheiro		Total ⁱ
	Caixa ⁱ	A integralizar ⁱ	
	\$	\$	\$
• Argentina	325.076	124.668	449.744
• Bolívia	108.349	41.555	149.904
• Brasil	266.759	182.985	449.744
• Paraguai	108.349	41.555	149.904
• Uruguai	108.349	41.555	149.904
Total	<u>916.882</u>	<u>432.318</u>	<u>1.349.200</u>

31 de dezembro de 2019:

País membro	Capital subscrito em dinheiro		Total ⁱ
	Caixa ⁱ	A integralizar ⁱ	
	\$	\$	\$
• Argentina	299.411	150.333	449.744
• Bolívia	99.793	50.111	149.904
• Brasil	266.759	182.985	449.744
• Paraguai	99.793	50.111	149.904
• Uruguai	99.793	50.111	149.904
Total	<u>865.549</u>	<u>483.651</u>	<u>1.349.200</u>

31 de dezembro de 2020 e 2019:

<u>Capital subscrito exigívelⁱ</u>	
<u>País membro</u>	<u>Autorizadoⁱⁱ</u>
	<u>\$</u>
• Argentina	555.014
• Bolívia	184.991
• Brasil	555.014
• Paraguai	184.991
• Uruguai	184.990
Total	<u>1.665.000</u>

ⁱ Em 31 de dezembro de 2018, os países membros tinham subscrito e autorizado o total de sua participação no capital exigível.

ⁱⁱ Devido a arredondamento em milhares de dólares americanos, os montantes parciais não concordam com o total.

10.2. Outras reservas

Conforme explicado na Nota 8.2 (iv), outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, incluem:

- (i) Reserva para alterações no valor justo de investimentos – VJORA: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta reserva diminuiu US\$ 2.417 e aumentou US\$ 412, em decorrência dos resultados não realizados por ajuste a valor justo dos investimentos disponíveis para venda, com saldo de US\$ 1.879 de perda e de US\$ 538 de ganhos, respectivamente.
- (ii) Reserva para alterações no valor justo dos derivativos mantidos para proteção: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta reserva aumentou US\$ 1.651 e US\$ 515, como resultado de alterações na mensuração de derivativos contratados para a cobertura dos fluxos de caixa, com saldo de ganhos de US\$ 2.166 e US\$ 515, respectivamente.
- (iii) Reserva para reavaliação de propriedades: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta reserva diminuiu US\$ 28 e US\$ 27, respectivamente, como resultado da depreciação do exercício, para o total acumulado de US\$ 757 e US\$ 785, respectivamente.

10.3. Lucros acumulados e reserva geral

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2020 totalizam US\$ 35.914 e correspondem exclusivamente ao resultado do exercício (2019 – US\$ 28.308).

As políticas do Banco preveem que os Resultados Acumulados não Alocados sejam usados para assegurar a preservação do valor do patrimônio no tempo e, também, para financiar o Fundo Especial Compensação da Taxa de Juros (FECTO) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT). A Nota 8.6 apresenta informações sobre a alocação de recursos a estes dois fundos com base nas receitas retidas e não alocadas em 31 de dezembro de 2019, aprovada pela Assembleia de Governadores.

O montante da reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, é o seguinte:

	<u>Reserva de capital</u>
	\$
Saldo em 31 de dezembro de 2018	107.871
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2019:	
De resultados acumulados	<u>24.572</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	132.443
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2020:	
De resultados acumulados	<u>23.308</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>155.751</u></u>

NOTA 11 – RECEITAS

A composição da receita líquida é a seguinte:

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	\$	\$
Receitas de empréstimos:		
Juros	36.438	41.841
Comissão de compromisso	4.563	3.052
Taxa de administração	<u>2.107</u>	<u>1.784</u>
Subtotal	<u>43.108</u>	<u>46.677</u>
 Receitas de investimentos:		
Juros	8.038	7.812
Outros	<u>19</u>	<u>16</u>
Receitas de investimentos, bruto	<u>8.057</u>	<u>7.828</u>
Participação de fundos especiais – Nota 8.6	<u>(162)</u>	<u>(248)</u>
Receitas de investimentos, líquido	<u>7.895</u>	<u>7.580</u>
Outras receitas	<u>100</u>	<u>162</u>
Total de receita	<u><u>51.103</u></u>	<u><u>54.419</u></u>

NOTA 12 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o Banco adotou sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos para elas requeridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco atingiu uma percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 76% e 81%, respectivamente. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
	\$	\$
<u>Classificação das despesas</u>		
Despesas de pessoal	6.917	6.701
Despesas de serviços	185	682
Serviços profissionais	459	554
Classificação de risco de crédito	152	112
Auditoria externos	68	60
Despesas administrativas	961	1.094
Serviços financeiros	126	128
<i>Total do orçamento administrativo executado</i>	<u>8.868</u>	<u>9.331</u>
<u>Classificação de outras despesas</u>		
Depreciação	321	314
Diferenças cambiais – lucros	(129)	(164)
<i>Total de despesas administrativas</i>	<u>9.060</u>	<u>9.481</u>

NOTA 13 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os quadros abaixo apresentam análise dos ativos e passivos em função do momento no qual se espera que sejam recuperados ou pagos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente:

	<u>Corrente</u> <u>(< 1 ano)</u>	<u>Não corrente</u> <u>(> 1 ano)</u>	<u>Total</u>
	\$	\$	\$
<u>31 de dezembro de 2020</u>			
<u>ATIVOS</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	32.037	-.-	32.037
Investimentos			
A valor justo	152.856	168.205	321.061
A custo amortizado	85.722	-.-	85.722
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	72.829	1.164.202	1.237.031
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	1.821	-.-	1.821
Juros e comissões de empréstimos	10.600	-.-	10.600
Outros ativos			
Propriedade e equipamentos, líquido	-.-	5.934	5.934
Diversos	643	119	762
Total de ativos	<u>356.508</u>	<u>1.338.460</u>	<u>1.694.968</u>
<u>PASSIVOS</u>			
Derivativos para a proteção de fluxos de caixa	5	-.-	5
Dívidas	135.333	432.991	568.324
Outros passivos	1.895	87	1.982
Fundos especiais	3.066	12.000	15.066
Total passivos	<u>140.299</u>	<u>445.078</u>	<u>585.377</u>

	<u>Corrente</u> <u>(< 1 ano)</u>	<u>Não corrente</u> <u>(> 1 ano)</u>	<u>Total</u>
	₺	₺	₺
<u>31 de dezembro de 2019</u>			
<u>ATIVOS</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	37.413	-.-	37.413
Investimentos			
A valor justo	142.860	-.-	142.860
A custo amortizado	185.857	2.790	188.647
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	73.148	847.239	920.387
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	658	-.-	658
Juros e comissões de empréstimos	11.088	-.-	11.088
Outros ativos			
Propriedade e equipamentos, líquido	-.-	5.721	5.721
Diversos	819	74	893
Total de ativos	<u>451.843</u>	<u>855.824</u>	<u>1.307.667</u>
<u>PASSIVOS</u>			
Derivativos	1	-.-	1
Dívidas	5.333	259.375	264.708
Outros passivos	2.590	-.-	2.590
Fundos especiais	1.830	10.400	12.230
Total passivos	<u>9.754</u>	<u>269.775</u>	<u>279.529</u>

NOTA 14 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no “Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países Membros”, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países membros, o Banco pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos, ações, valores e bônus, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

O referido Acordo determina, igualmente, que o Banco e seus bens estão isentos, no território dos países membros, de todo imposto direto e direitos aduaneiros, no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda nem de outros impostos indiretos. No entanto, os países membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizerem, para seu uso oficial, aquisições de alto custo em cujo preço o imposto estiver incorporado.

De forma complementar, tanto o Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quanto os Convênios de Sede, assinados com o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Paraguai, estabelecem que as propriedades, bens e ativos do Banco estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, estaduais, municipais ou de qualquer outro tipo.

NOTA 15 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

(a) Descrição do segmento

O Banco, com base em análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional, pois não administra suas operações alocando seus recursos em função da contribuição de operações individuais para geração de receita líquida. O Banco não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou serviços prestados, seu processo de preparação ou o método para elaborar suas operações de empréstimos ou prestar serviços a seus países membros. Todas as operações desenvolvidas pela Instituição são realizadas pela administração central e não mantém atividades operacionais em outras áreas geográficas. As operações realizadas pelo banco consistem em outorgar financiamento a seus países membros, considerados segmentos para os efeitos desta nota: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(b) Ativos por segmentos

A composição da carteira de empréstimos por país é a seguinte:

	<u>Carteira bruta</u>	<u>Comissões a pagar</u>	<u>Desvalorização</u>	<u>Carteira de empréstimos</u>	<u>Juros e comissões a receber</u>	<u>Total</u>
	₺	₺	₺	₺	₺	₺
31 de dezembro de 2020:						
Argentina	322.860	(1.470)	(4.922)	316.468	3.152	319.650
Bolívia	331.636	(672)	(2.068)	328.896	2.948	331.844
Brasil ¹	142.045	(1.275)	(1.135)	139.635	1.119	140.754
Paraguai ¹	215.773	(833)	(670)	214.270	1.428	215.698
Uruguai	239.181	(473)	(946)	237.762	1.953	239.715
Total	1.251.495	(4.723)	(9.741)	1.237.031	10.600	1.247.631
31 de dezembro de 2019:						
Argentina	236.828	(1.103)	(9.356)	226.369	2.866	229.235
Bolívia	285.885	(974)	(1.914)	282.997	4.066	287.063
Brasil	74.583	(433)	(317)	73.833	794	74.627
Paraguai	146.028	(967)	(379)	144.682	1.438	146.120
Uruguai	193.134	(355)	(273)	192.506	1.924	194.430
Total	936.458	(3.832)	(12.239)	920.387	11.088	931.475

¹ Inclui US\$ 72.000 de saldos de dois empréstimos aprovados e totalmente desembolsados em 2020 (2019 - US\$ 0); comissões não pagas de US\$ 173 e US\$ 196 (2019 - US\$ 0), juros e comissões pagos de US\$ 145 e US\$ 41, para o Brasil e para o Paraguai (2019 - US\$ 0), respectivamente. A provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos SGS é de US\$ 1.250 (2019 - US\$ 0). Vide Nota 8.4, para mais detalhes.

A composição da carteira bruta por país e sua distribuição por tipo de projeto é a seguinte:

	<u>Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico</u>	<u>Empréstimos SGS</u>	<u>Total</u>
	₺	₺	₺	₺	₺
31 de dezembro de 2020:					
Argentina	135.379	65.511	121.970	-.-	322.860
Bolívia	314.653	-.-	16.983	-.-	331.636
Brasil ¹	88.172	-.-	17.873	36.000	142.045
Paraguai ¹	165.772	14.001	-.-	36.000	215.773
Uruguai	210.754	15.000	13.427	-.-	239.181
Total	914.730	94.512	170.253	72.000	1.251.495

	<u>Infraestrutura de</u> <u>comunicações,</u> <u>transporte, energia e</u> <u>logística</u> ₺	<u>Infraestrutura para</u> <u>o desenvolvimento</u> <u>produtivo</u> ₺	<u>Infraestrutura para</u> <u>o desenvolvimento</u> <u>socioeconômico</u> ₺	<u>Empréstimos</u> <u>os SGS</u> ₺	<u>Total</u> ₺
31 de dezembro de 2019:					
Argentina	91.679	69.794	75.355	-.-	236.828
Bolívia	267.644	-.-	18.240	-.-	285.884
Brasil	53.198	-.-	21.385	-.-	74.583
Paraguai	131.028	15.000	-.-	-.-	146.028
Uruguai	178.365	-.-	14.770	-.-	193.135
Total	721.914	84.794	129.750	-.-	936.458

¹ O montante registrado como "Total" inclui US\$ 72.000 de empréstimos a receber, outorgados sem garantia soberana, cuja classificação não responde a nenhuma das classificações aplicáveis a empréstimos com garantia soberana (vide Nota 8.4, para mais detalhes).

O saldo a desembolsar em empréstimos corresponde exclusivamente a empréstimos em estado de execução da carteira de empréstimos com garantia soberana. Sua distribuição é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	₺	₺
Argentina	287.539	350.657
Bolívia	116.716	143.567
Brasil	180.737	142.925
Paraguai	250.413	221.911
Uruguai	57.067	115.684
Total	892.472	974.744

Além disso, os empréstimos aprovados pelo Banco e pendentes de desembolso, porque o contrato de empréstimo não foi assinado ou não foi ratificado pelo Poder Legislativo do país membro, são os seguintes:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	₺	₺
Argentina	85.000	20.000
Bolívia	-.-	-.-
Brasil	94.877	58.247
Paraguai	276.246	212.000
Uruguai	21.000	-.-
Total	477.123	290.247

O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro de</u>			
	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Saldo médio</u>	<u>Retorno</u>	<u>Saldo médio</u>	<u>Retorno</u>
	₺	%	₺	%
Carteira de Empréstimos	1.093.977	3,94%	867.915	5,38%

(c) Receitas por segmentos

As receitas de juros e outras são apresentadas a seguir:

	<u>Juros sobre</u> <u>empréstimos</u>	<u>Outras receitas</u> <u>operacionais</u>	<u>Total</u>
	₺	₺	₺
<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:</u>			
Argentina	9.940	1.934	11.874
Bolívia	10.584	1.070	11.654
Brasil ¹	4.065	1.286	5.351
Paraguai ¹	5.061	1.678	6.739
Uruguai	6.788	702	7.490
Total	<u>36.438</u>	<u>6.670</u>	<u>43.108</u>
<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2019:</u>			
Argentina	10.517	1.847	12.364
Bolívia	11.982	1.037	13.019
Brasil	3.538	631	4.169
Paraguai	6.586	1.027	7.613
Uruguai	9.218	294	9.511
Total	<u>41.841</u>	<u>4.836</u>	<u>46.677</u>

¹ Inclui juros acumulados, no total de US\$ 785 e US\$ 41, e outros encargos, no total de US\$ 334 e US\$ 84, correspondentes a empréstimos SGS outorgados a bancos públicos de desenvolvimento no Brasil e no Paraguai, respectivamente.

NOTA 16 – ENTIDADES RELACIONADAS

Conforme assinalado nas Notas 1 e 6.4, o Banco outorga financiamentos com garantia soberana a seus cinco países tomadores de recursos, que, por sua vez, são seus donos e acionistas, bem como financiamentos sem garantia soberana a bancos de desenvolvimento em que o poder público seja sócio majoritário e entidades e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento às políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria Executiva ou o Presidente Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o Banco não realiza transações com seus países membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

Os saldos e as referentes às mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FECTO, o PCT e o PAC, como é explicado em maior detalhe nas notas 4.12, 4.13 e 8.6, respectivamente.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar materialmente as Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

NOTA 18 – FATOS POSTERIORES

Com data de 3 de fevereiro de 2021, o Banco formalizou com sucesso os termos e condições com o Credit Suisse para a emissão pública no mercado de capitais suíço de títulos em Francos Suíços no valor de CHF 200.000, com vencimento de 5½ anos e taxa fixa a ser paga anualmente, com cupom de 0,556%. Em conformidade com suas

políticas de gestão de riscos e de forma simultânea, o Banco contratou derivativo de moeda e taxa de juros com o Credit Suisse, com o qual assinou contrato ISDA, transformando a obrigação em passivo denominado em dólares americanos no valor de US\$ 222.668, com cupom semestral de juros com base na taxa Libor de 6 meses, mais *spread* fixo. Esta transação foi realizada pelo Banco para proteger os fluxos de caixa de empréstimo e dívida, de acordo com a IFRS 9.

O Banco avaliou a existência de fatos posteriores à data das demonstrações financeiras até 25 de fevereiro de 2021, data na qual as demonstrações financeiras ficaram prontas para serem emitidas, e não foram identificados outros eventos além da emissão do título acima referido com possível impacto significativo nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Oscar A. Pérez López
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS